

MÓDULO 1

Características Gerais da População Brasileira

1. PAÍS POPULOSO: 190.755.799, SEGUNDO O IBGE PARA 2010. EM 2000, O CENSO DEMOGRÁFICO INDICOU 169.799.170 HABITANTES.

❑ País pouco povoado

Em 2010, a densidade demográfica era de 22,4 hab./km², abaixo da média mundial, estimada em aproximadamente 45 hab./km².

❑ População mal distribuída

Região geoeconômica	População absoluta (habitantes)	População relativa (hab./km ²)	% da população absoluta
Sudeste	80.364.000	87,40	42,59
Nordeste	53.081.000	48,10	27,56
Sul	27.386.000	33,70	14,59
Norte	15.864.000	4,0	8,11
Centro-Oeste	14.058.000	8,40	7,15
Brasil	190.755.799	22,4	100,00

As Unidades da Federação mais populosas do Brasil, em 2010, eram:

Estado	Habitantes
São Paulo	41.262.199
Minas Gerais	19.597.330
Rio de Janeiro	15.989.929
Bahia	14.016.906
Rio Grande do Sul	10.693.929
Paraná	10.444.526

As Unidades da Federação mais povoadas, em 2010, eram:

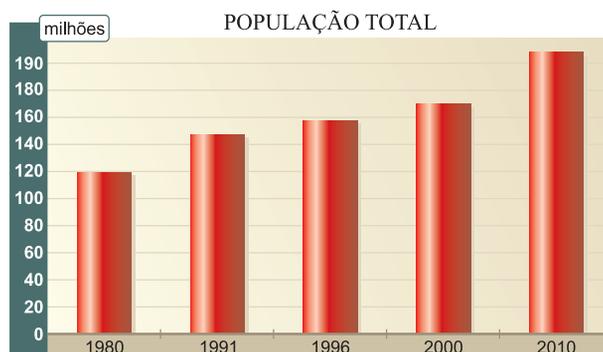
Estado	Hab./km ²
Distrito Federal	419
Rio de Janeiro	359
São Paulo	167
Alagoas	110
Sergipe	92

As Unidades da Federação menos populosas, em 2010, eram:

Estado	Habitantes
Roraima	450.479
Amapá	669.526
Acre	733.559
Tocantins	1.383.445

As Unidades da Federação menos povoadas, em 2010, eram:

Estado	Hab./km ²
Roraima	1,86
Amazonas	2,17
Mato Grosso	3,22
Acre	4,43
Amapá	4,47
Tocantins	4,90
Pará	5,81



1. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

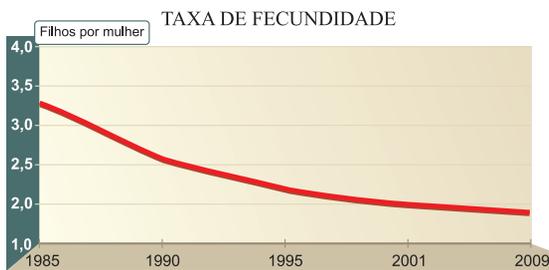
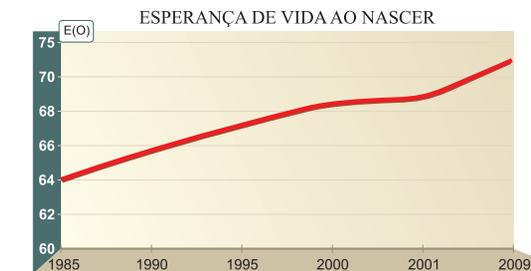
O principal fator responsável pelo crescimento da população brasileira é o crescimento vegetativo. Os movimentos migratórios participam também do crescimento populacional, mas atualmente de forma modesta.

2. CRESCIMENTO VEGETATIVO

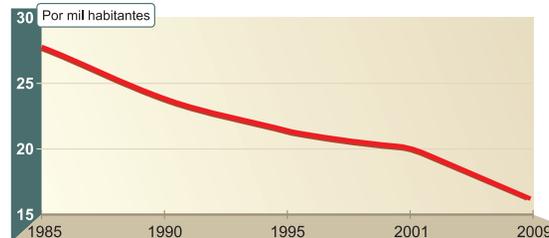
O crescimento vegetativo (CV) é o resultado da diferença entre a taxa de natalidade (TN) e a de mortalidade (TM) e correspondia em 2010 a 1,17% ou 11,7‰, índice elevado se comparado aos dos países desenvolvidos, mas a menor taxa observada no Brasil.

$$CV = TN - TM$$

A redução do crescimento vegetativo é devida à queda nas taxas de natalidade e mortalidade, que declinaram sensivelmente nas últimas décadas.



3. TAXA DE NATALIDADE



A taxa de natalidade da população brasileira era: 17,7 por mil habitantes, segundo a contagem de 2009.

No entanto, se compararmos as taxas de natalidade dos últimos 50 anos, notaremos uma queda decorrente dos seguintes fatores:

- urbanização;
- casamentos tardios;
- elevação do padrão socioeconômico;
- difusão e maior adoção de métodos anticoncepcionais;
- controle espontâneo da natalidade.

4. TAXA DE MORTALIDADE

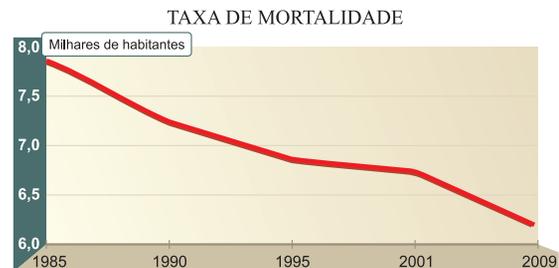
A taxa de mortalidade, que, no Brasil, segundo a contagem de 2009, era de 6,0 por mil habitantes.

A redução acentuada da **mortalidade**, após 1940, deve-se a fatores como o progresso da medicina e da bioquímica, melhoria da assistência médico – hospitalar e das condições higiênico-sanitárias e a urbanização da população.

A queda da taxa de **natalidade** está sendo mais acentuada do que a queda da mortalidade. Portanto, a tendência atual é a de se reduzir o crescimento vegetativo.

A **mortalidade infantil**, na década de 1990, apresentou rápida redução atingindo, em 2010, o índice de 22,6‰.

O Brasil está entrando na 3ª fase da transição demográfica.



5. TEORIAS DEMOGRÁFICAS

Teoria Malthusiana: a população aumenta em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética. Malthus defendeu o controle populacional por meio da sujeição moral e a não-assistência governamental aos pobres, pois para Malthus, a miséria seria uma forma natural de controle da super população.

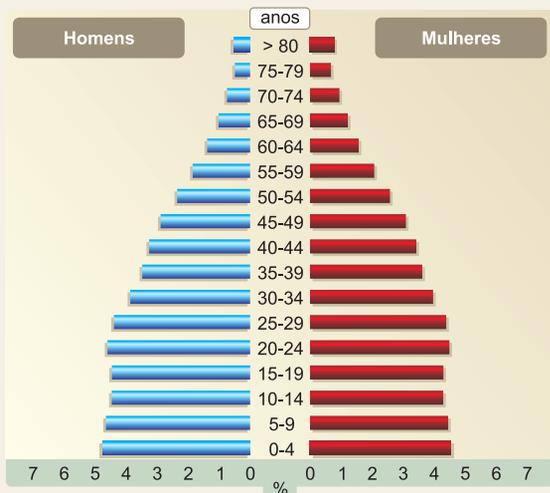
Teoria neomalthusiana: o elevado crescimento populacional é o principal responsável pelo subdesenvolvimento dos países pobres. Os programas rígidos e oficiais de controle de natalidade é que podem evitar o elevado crescimento populacional.

Teoria reformista ou marxista: consideram a miséria como principal responsável pelo elevado crescimento populacional. São necessárias amplas reformas socioeconômicas que melhorem o padrão de vida são postos aos neomalthusianos. Os reformistas apontam para a redução das desigualdades sociais pra que ocorra a redução do crescimento populacional.



1. ESTRUTURA POR IDADE

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – BRASIL – PERÍODO 2005/2010



	1980	1991	2002	2010
Jovens (0 a 19 anos)	48,5%	46,62%	38,84%	37,0%
Adultos (20 a 59 anos)	45,0%	46,79%	52,06%	51,4%
Idosos (acima de 60 anos)	6,5%	6,58%	9,1%	10,8%

A expectativa de vida do brasileiro em 2008 foi de 72,7 sendo 69,0 dos homens e 76,5 das mulheres.

2. ESTRUTURA POR SEXO

% da população absoluta			
Sexo	1980	2000	2009
Masculino	49,7%	49,2%	49,0%
Feminino	50,3%	50,8%	51,0%

3. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO POR COR DA PELE

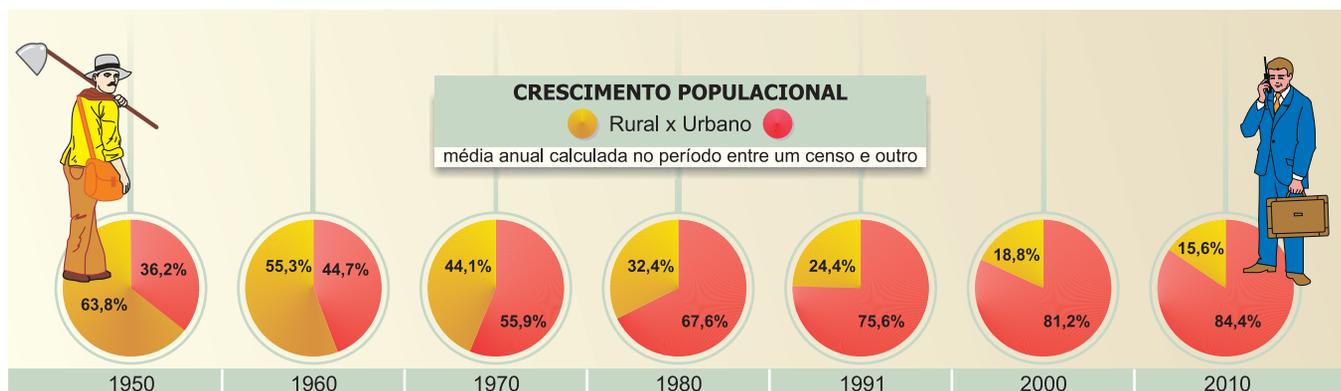
	1950	1980	1996	2010
Branca	61,7%	54,8%	55,3%	47,7%
Parda	26,5%	38,5%	39,3%	43,1%
Preta	11,0%	5,9%	4,9%	7,6%
Amarela	0,6%	0,6%	0,5%	1,1%
Indígena	1,8%	1,5%	1,3%	0,4%



1. ESTRUTURA POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Ano	População Economicamente Ativa
1970	32%
1980	37%
1985	39%
1991	44%
2009	62,3%

População ativa por setor econômico (%)					
Setores	1960	1970	1986	1990	2002
Primário	54,0	44,2	29,0	22,8	21,2
Secundário	12,7	17,8	25,0	22,7	18,9
Terciário	33,0	38,0	46,0	54,52	59,9



Percentual Economicamente Ativo por região geoeconômica (2009)

Setores	Homens	Mulheres
Norte	69,0	43,1
Nordeste	67,5	44,5
Sudeste	67,0	46,5
Sul	72,0	53,5
Centro-Oeste	69,3	46,8
BRASIL	68,2	46,8

2. POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO

O IDH reflete as características de dados coletados nos dois anos anteriores ao de sua publicação, segundo a metodologia das Nações Unidas, e leva em consideração longevidade, educação e PIB *per capita*.

Ano	Masculino	Feminino
1970	80,0%	20,0%
1980	73,0%	27,0%
1991	64,4%	35,5%
1996	64,6%	35,4%
2002	60,2%	39,8%

3. INDICADORES SOCIAIS

Distribuição da renda no Brasil

População	1970	1980	2000	2002
10% mais ricos	46,7%	50,9%	54,2%	55,2%
40% intermediários	38,4%	36,5%	34,5%	33,7%
50% mais pobres	14,9%	12,6%	11,3%	11,1%

Taxa de alfabetização da população de 15 a 69 anos de idade – 1940-2010

Censos	Taxa de alfabetização	
	Alfabetizada	Não alfabetizada
1940	45,5%	54,5%
1950	49,7%	50,3%
1960	60,5%	39,5%
1970	69,4%	30,6%
1980	75,3%	24,7%
1994	79,9%	20,1%
2002	88,0%	12,0%
2010	91%	9%

Ranking dos países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – 2010, publicado em novembro de 2010

	Desenvolvimento humano muito elevado		Desenvolvimento humano elevado
	Desenvolvimento humano médio		Desenvolvimento humano baixo

	País	IDH/2010
1.º	Noruega	0.938
2.º	Austrália	0.937
3.º	Nova Zelândia	0.907
4.º	Estados Unidos	0.902
5.º	Irlanda	0.895
6.º	Liechtenstein	0.891
7.º	Holanda	0.890
8.º	Canadá	0.888
9.º	Suécia	0.885
10.º	Alemanha	0.885
34.º	Estônia	0.812
39.º	Bahrein	0.801
41.º	Polônia	0.795

45.º	Chile	0.783
46.º	Argentina	0.775
52.º	Uruguai	0.765
53.º	Líbia	0.755
56.º	México	0.750
62.º	Costa Rica	0.725
65.º	Rússia	0.719
69.º	Ucrânia	0.710
73.º	Brasil	0.699
75.º	Venezuela	0.696
76.º	Armênia	0.695
77.º	Equador	0.695
79.º	Colômbia	0.689
81.º	Tunísia	0.683
84.º	Argélia	0.677

89.º	China	0.663
95.º	Bolívia	0.643
96.º	Paraguai	0.640
101.º	Egito	0.620
106.º	Honduras	0.604
110.º	África do Sul	0.597
119.º	Índia	0.519

139.º	Togo	0.428
149.º	Costa do Marfim	0.397
155.º	Afganistão	0.349
157.º	Etiópia	0.328
160.º	Mali	0.309
163.º	Chade	0.295
165.º	Moçambique	0.284
167.º	Níger	0.261
168.º	República Dem. do Congo	0.239
169.º	Zimbábue	0.140



1. ERAS GEOLÓGICAS

São tentativas de estabelecer uma cronologia nos fatos que se sucederam na história geológica da Terra.

Os 5 bilhões de anos da história da Terra, aproximadamente, podem ser divididos em cinco eras geológicas.

❑ Azoica

A Terra em processo de resfriamento, dando origem às primeiras rochas e à crosta; **não se considera propriamente uma era geológica**, pois, nesta era, a Terra se consolidou.

❑ Arqueozoica

Formação dos primeiros continentes e oceanos; primeiras formas de vida dentro dos oceanos; ausência de fósseis.

❑ Proterozoica

Transformações na crosta terrestre provocadas por movimentos internos; formações metamórficas de reservas metálicas; definição das formas vivas em animais e vegetais.

As Eras Arqueozoica e Proterozoica compreendem o Pré-Cambriano.

❑ Paleozoica

Resfriamento da superfície, com a formação de calotas de gelo; vida na superfície, com o aparecimento das primeiras florestas; formações carboníferas; surgimento dos primeiros anfíbios e répteis.

❑ Mesozoica

Aquecimento da superfície terrestre em razão do efeito estufa; vulcanismo; grandes florestas com plantas gigantes; domínio dos grandes saúrios; surgimento dos primeiros mamíferos.

❑ Cenozoica

Dividida em duas partes:

- **Terciário** – esfriamento da superfície, com grandes calotas de gelo; desaparecimento dos denominados grandes répteis; formação dos continentes atuais; grandes cordilheiras.

- **Quaternário** – glaciações; domínio dos mamíferos; surgimento do Homem; predomínio de sedimentações.

2. ESTRUTURA GEOLÓGICA

O planeta Terra é composto de camadas, a saber:

❑ Litosfera

Camada superficial com aproximadamente 70 km de espessura que se subdivide em Sial e Sima.

❑ Manto

Camada formada por material fundido que circula pelo interior da crosta.

❑ Núcleo

Esfera interior composta de material pastoso, de elevada densidade, ferro e níquel.

3. ROCHAS

A Litosfera é formada por material solidificado, que são as rochas. Há três tipos de rochas:

- **Cristalinas:** são as formações mais antigas, de grande dureza (rochas magmáticas e metamórficas), que correspondem à base do território, embora representem apenas 36% da superfície do território brasileiro; concentram minerais metálicos e compõem os escudos.

- **Sedimentares:** são compostas de restos de outras rochas, acumulados em áreas deprimidas; correspondem a 60% da superfície do território brasileiro, com material fóssil; formam as bacias.

- **Vulcânicas ou basálticas:** são formadas por derrames de lavas vulcânicas. Equivalem a 4% da superfície do Brasil.

4. MORFOLOGIA DO RELEVO BRASILEIRO

❑ Características gerais

- Relevo composto por embasamento antigo (Eras Arqueozoica e Proterozoica).

- Ausência de movimentos orogenéticos recentes (tectonismo).

- Intensa ação dos agentes externos, como a água e o ar, provocando a erosão e a sedimentação.

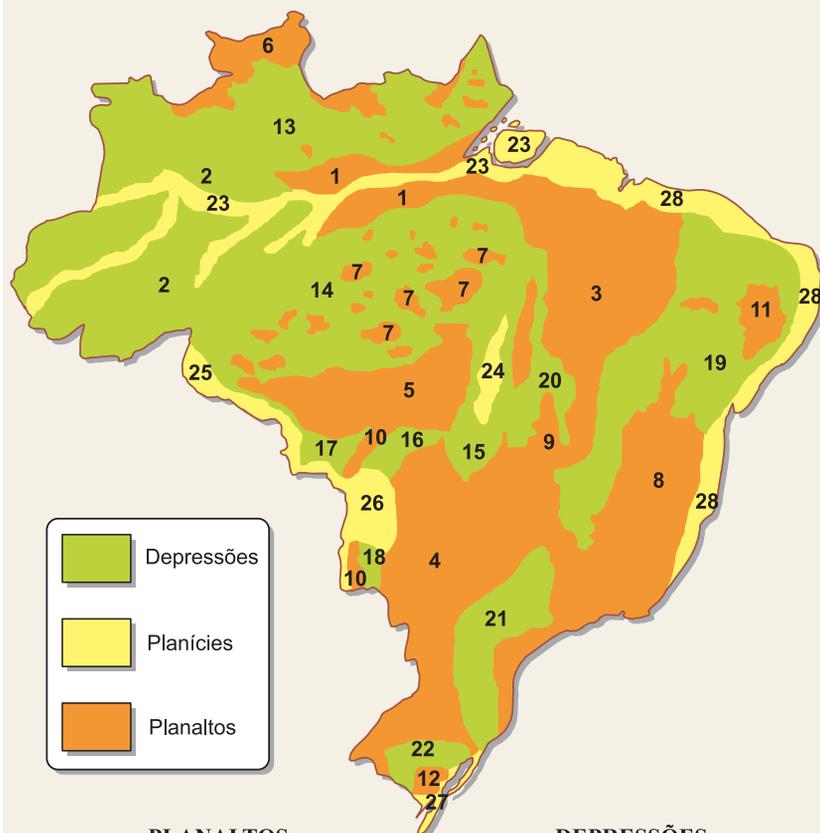
- Altitudes modestas (máximo: 3.014 m no Pico da Neblina – AM).

- Predomínio de formas desgastadas, como planaltos, planícies e depressões.



UNIDADES MORFOESTRUTURAIS DO BRASIL

1990 (Jurandy L. S. Ross)



PLANALTOS

DEPRESSÕES

BACIAS SEDIMENTARES

- 1 Planalto da Amazônia Oriental
- 3 Planaltos e Chapadas da Bacia do Parnaíba
- 4 Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná

INTRUSÕES E COBERTURAS RESIDUAIS DE PLATAFORMA

- 5 Planalto e Chapada dos Parecis
- 6 Planaltos Residuais Norte-Amazônicos
- 7 Planaltos Residuais Sul-Amazônicos

CINTURÕES OROGÊNICOS

- 8 Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste
- 9 Planaltos e Serras de Goiás-Minas
- 10 Serras Residuais do Alto Paraguai

NÚCLEOS CRISTALINOS ARQUEADOS

- 11 Planalto de Borborema
- 12 Planalto Sul-Rio-Grandense

- 2 Depressão da Amazônia Ocidental
- 13 Depressão Marginal Norte-Amazônica
- 14 Depressão Marginal Sul-Amazônica
- 15 Depressão do Araguaia
- 16 Depressão Cuiabana
- 17 Depressão do Alto Paraguai-Guaporé
- 18 Depressão do Miranda
- 19 Depressão Sertaneja e do São Francisco
- 20 Depressão do Tocantins
- 21 Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná
- 22 Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense

PLANÍCIES

- 23 Planície do Rio Amazonas
- 24 Planície do Rio Araguaia
- 25 Planície e Pantanal do Rio Guaporé
- 26 Planície e Pantanal Mato-Grossense
- 27 Planície da Lagoa dos Patos e Mirim
- 28 Planícies e Tabuleiros Litorâneos

INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas de classificação do relevo brasileiro datam de 1940 e foram feitas pelo professor Aroldo de Azevedo. Muito simplificadas, mereceram uma revisão feita na década de 1960 pelo professor Aziz Ab'Saber. Com as informações disponíveis por meio do Projeto Radam Brasil, empregou-se uma nova classificação proposta por Jurandy Ross, elaborada em 1984.

Planaltos

São formas onduladas nas quais predomina a erosão. As principais unidades são:

- **Planaltos e Chapadas da Bacia do Rio Paraná:** dominam o centro-sul do Brasil, compostos de terrenos sedimentares e basálticos; apresentam planaltos sedimentar-basálticos, ricos em terra roxa.

- **Planaltos Residuais Norte-Amazônicos:** representam a fronteira norte do Brasil com as escarpas denominadas serras, como Tumucumaque, Parima, Pacaraíma e Imeri (onde se encontra o Pico da Neblina, 3.014 m); constituem uma formação cristalina antiga.

- **Planalto e Chapada dos Parecis:** localizada ao centro do Brasil, é uma formação sedimentar paleozoica que separa as Bacias Amazônica e Platina.

- **Planalto da Borborema:** junto ao litoral do Nordeste, é uma formação cristalina peneplanizada que interfere na distribuição de chuvas do Sertão.

- **Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste:** abrangem uma das regiões mais populosas do Brasil; são compostos de terrenos cristalinos com escarpas (denominadas serras), como as do Mar, da Mantiqueira, do Espinhaço e de Paranapiacaba.



1. DEPRESSÕES

Podem ser definidas como áreas encaixadas entre planaltos e planícies, onde predomina o processo de erosão. As principais unidades são:

□ Depressão Marginal Norte-Amazônica

Separa os Planaltos Norte-Amazônicos da Planície do Rio Amazonas.

□ Depressão do Guaporé

É a área ao norte da Planície do Paraguai, que separa o Brasil da Bolívia.

□ Depressão Sertaneja e do Rio São Francisco

Inicia-se em Minas Gerais e acompanha o Vale do Rio São Francisco pelo Nordeste; compõe-se de terrenos cristalinos encaixados entre os planaltos mineiros e nordestinos.

□ Depressão Periférica da Borda Leste do Rio Paraná

Precede a leste os planaltos paranaicos; é uma formação sedimentar paleozoica antiga; muda de nome, dependendo do Estado; engloba importantes cidades brasileiras; possui terrenos ondulados, morros-testemunhos e *cuevas* basálticas.

2. PLANÍCIES

São terrenos geralmente baixos e planos, onde predomina a sedimentação. As principais unidades são:

□ Planície do Rio Amazonas

Acompanha o vale desse importante rio; é formada por depósitos sedimentares recentes (terciários e quaternários); limita-se à área em torno do rio e alguns afluentes.

□ Planície e Pantanal Mato-Grossense

É uma das mais importantes do Brasil e a mais recente planície em idade geológica da América; possui como eixo o Rio Paraguai, cujas enchentes provocam a formação de lagoas (as "baías").

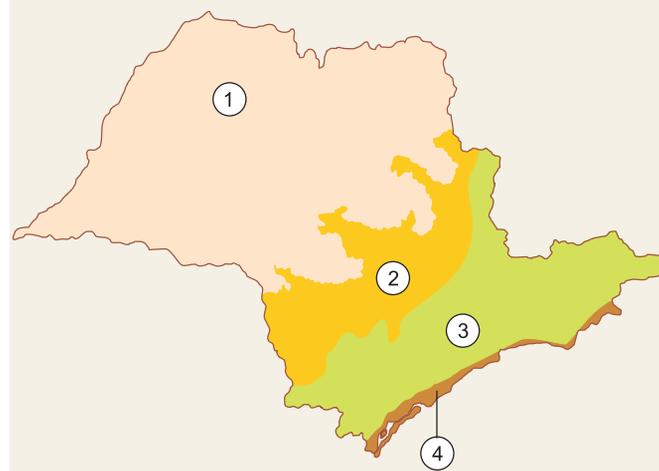
□ Planície da Lagoa dos Patos

Situa-se no Rio Grande do Sul e constitui as planícies sedimentares lacustre-marinhas que envolvem as lagoas.

□ Planícies e Tabuleiros Litorâneos

Acompanham o litoral brasileiro e são formados por sedimentos marinhos, apresentando-se ora estreitos, ora largos.

UNIDADES DO RELEVO DO ESTADO DE SÃO PAULO



A despeito da proposta de classificação do prof. Jurandyr L. S. Ross, é comum o emprego de uma toponímia peculiar para o relevo paulista. Assim, temos:

- 1 **Planalto Ocidental:** constituído por terrenos de arenito-basalto, apresenta ligeiras ondulações que descem em direção à calha do Rio Paraná.
- 2 **Depressão Periférica:** composta de sedimentos paleozoicos, possui as formas de morros-testemunhos e *cuevas* basálticas.
- 3 **Planalto Oriental:** consiste em terrenos cristalinos antigos e erodidos com escarpas ("serras") e mares de morros no reverso com alguns vales encaixados (Tietê, Paraíba do Sul).
- 4 **Planície Litorânea:** estreita ao norte, alarga-se ao sul em direção ao Vale do Ribeira; é formada por sedimentos terciários e quaternários, muitos deles marinhos.

A estrutura geológica complexa, assentada numa base cristalina, que remonta ao Pré-Cambriano, onde se destacam os terrenos metamórficos, sobretudo os da Era Proterozoica, e a vasta cobertura sedimentar, do Paleomesozoico, que se estendem por 60% de sua superfície, dão ao território brasileiro um vasto potencial mineral.

1. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS BRASILEIROS SEGUNDO SUA DISPONIBILIDADE

Abundantes: ferro, manganês, alumínio, estrôncio e sal.

Suficiente: chumbo e cobre.

Carentes: carvão.

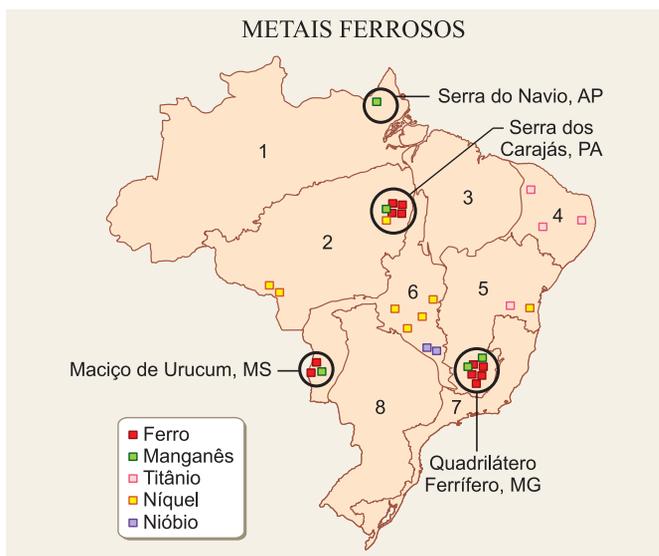
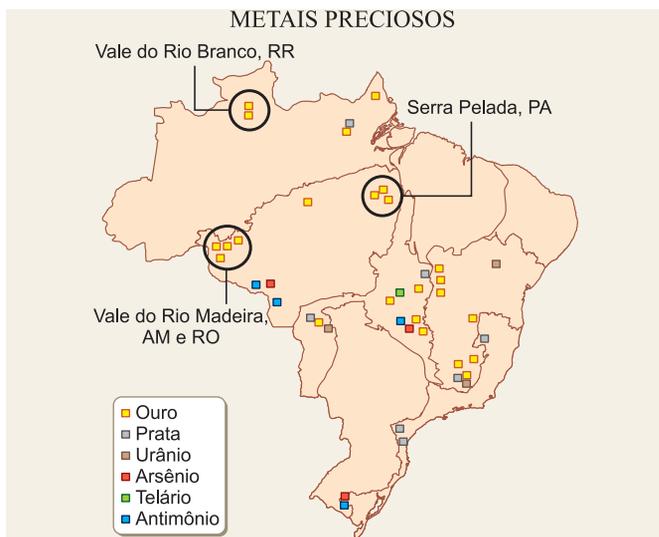
2. PRINCIPAIS MINÉRIOS BRASILEIROS

• Hematita (Fe)

- Segunda reserva mundial
- Minas Gerais – Quadrilátero Ferrífero – maior produção
- Pará – Serra dos Carajás – maior reserva
- Mato Grosso do Sul – Maciço do Urucum

• Pirolusita (Mn)

- Amapá – Serra do Navio (praticamente esgotada)
- Minas Gerais – Quadrilátero Ferrífero
- Mato Grosso do Sul – Maciço do Urucum
- Pará – Serra dos Carajás



MÓDULO 1

Elementos de Astronomia

1. PARÁBOLAS DO DIA E DA NOITE

Observamos, nas parábolas representadas no mapa-múndi, a desigual distribuição da luz do dia e, conseqüentemente, do calor sobre a Terra (figuras 1 e 2) no decorrer do ano ao longo das estações. Para entender essas representações, devemos tomar como base alguns princípios em Astronomia. Vejamos:

2. O SISTEMA SOLAR

O Sistema Solar é formado por um conjunto de astros que giram em torno do Sol.

Os astros que fazem parte do Sistema Solar são os planetas, os satélites, os planetóides ou asteroides, os cometas e os meteoróides.

Cada astro tem um caminho regular em órbita em torno do Sol. As órbitas são elípticas e variam em função da massa, da velocidade e da distância em relação ao Sol. Todos os astros se mantêm em sua posição pela força de gravidade do Sol.

☐ Sol

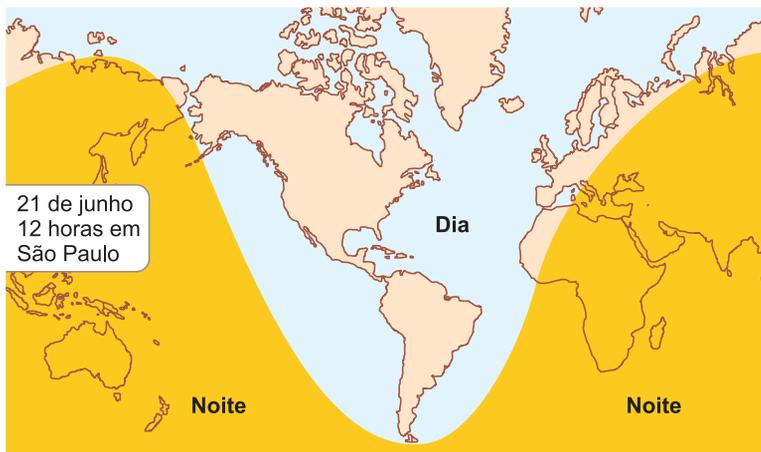
O Sol é a estrela que, apesar de distar cerca de 150 milhões de quilômetros da Terra, é a mais próxima do nosso planeta.

Está entre as menores estrelas do universo, mas é aproximadamente 1 milhão de vezes maior que a Terra. O diâmetro do Sol é de 1.392.000 km, ou seja, 109 vezes o diâmetro da Terra e 400 vezes o da Lua.

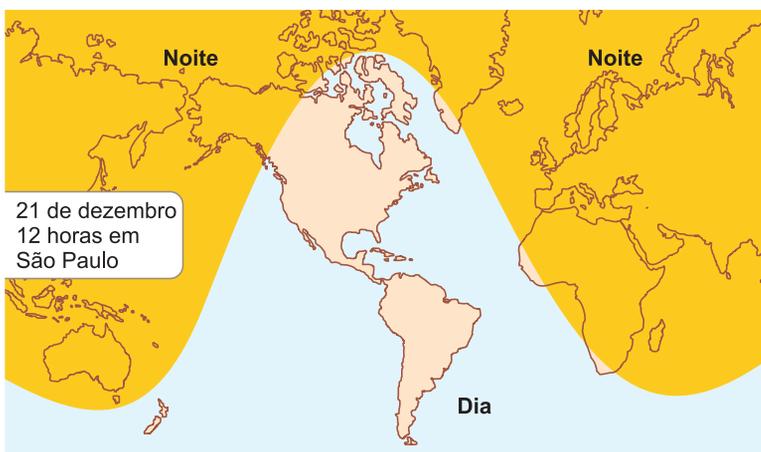
O SOL É O CENTRO DO SISTEMA SOLAR.

☐ Planetas

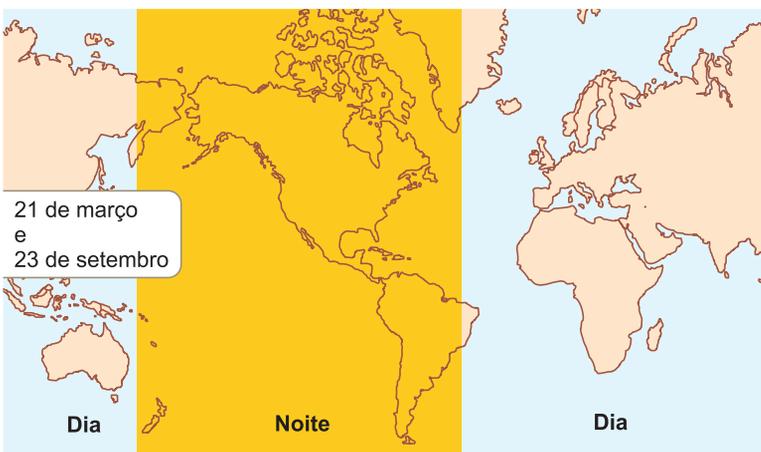
Existem 11 (onze) planetas, que apresentam a seguinte ordem de afastamento em relação ao Sol: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Ceres, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno, Plutão e Éris (ex-Xena).



Solstício de inverno no hemisfério sul e verão no hemisfério norte.



Solstício de verão no hemisfério sul e inverno no hemisfério norte.



Equinócio de primavera e outono.

❑ **Satélites naturais**

São astros iluminados que giram em torno dos planetas. Os 138 satélites tradicionalmente estudados pertencem a sete planetas, que são: Terra: 1 satélite (Lua); Marte: 2 satélites (Fóbus e Dêimus); Júpiter: 63 satélites; Saturno: 31 satélites; Urano: 27 satélites; Netuno: 13 satélites; Plutão: 1 satélite.

❑ **Planetas-anões**

Em agosto de 2006, o Comitê para a definição de planeta da União Astronômica Internacional estabeleceu preliminarmente que o Sistema Solar é constituído de 8 planetas, na prática, verdadeiros e 3 planetas-anões: Ceres, Plutão e Éris (ex-Xena).

❑ **Planetoides ou asteroides**

Os planetoides são pequenos planetas que se movem em órbitas próprias entre Marte e Júpiter, formando um cinturão de asteroides.

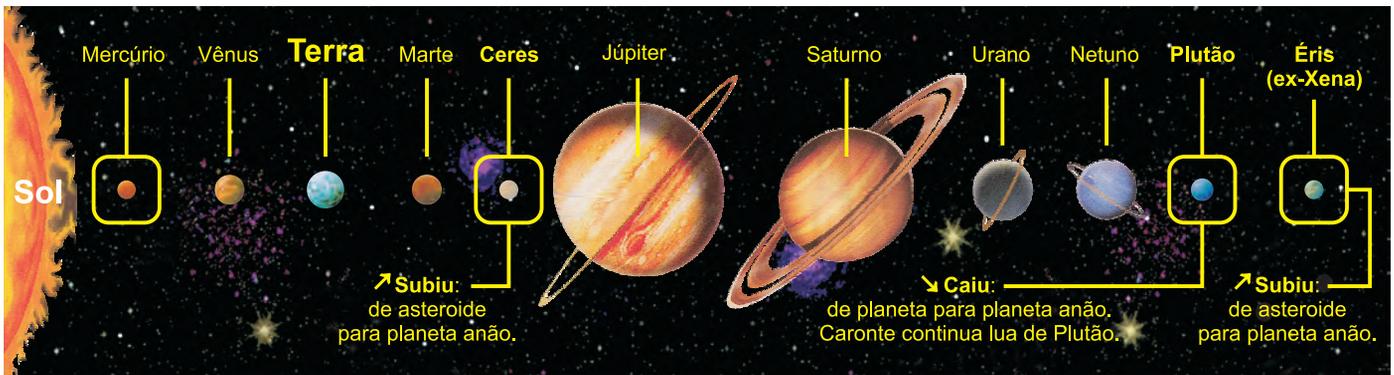
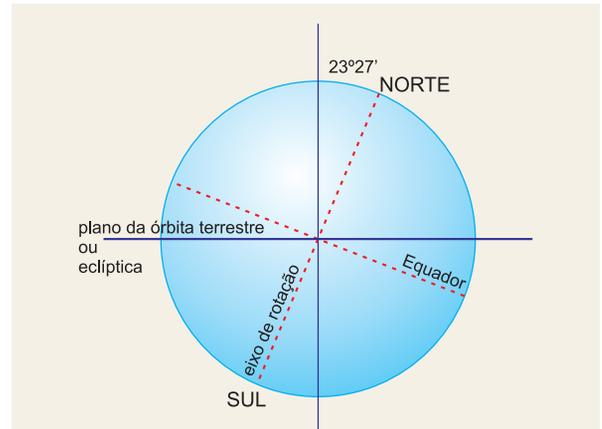
❑ **Meteoroides, meteoros e meteoritos**

Meteoroides: acredita-se que sejam restos de matéria remanescente da época da formação do Sistema Solar.

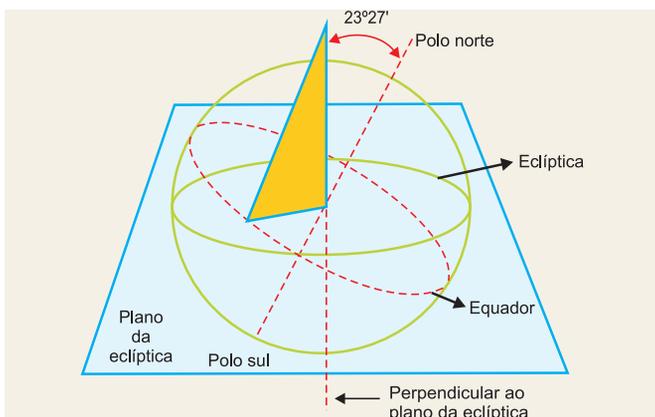
Meteoros: rastros luminosos que são formados pela penetração dos meteoroides nas camadas mais altas da atmosfera terrestre e que são aquecidos pelo atrito com o ar.

Meteoritos: pequenas partes dos meteoroides que, por possuírem maior massa, acabam vencendo a atmosfera e se precipitando sobre o solo de algum planeta ou satélite. Quando são encontradas, recebem a designação de meteorito.

3. TERRA



União Astronômica Internacional.



O movimento de translação é o que a Terra executa em torno do Sol, no período aproximado de 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 48 segundos.

A trajetória descrita pela Terra em seu movimento de translação chama-se **órbita** e mede 930 milhões de quilômetros, sendo percorrida pela Terra em um ano (365 dias,

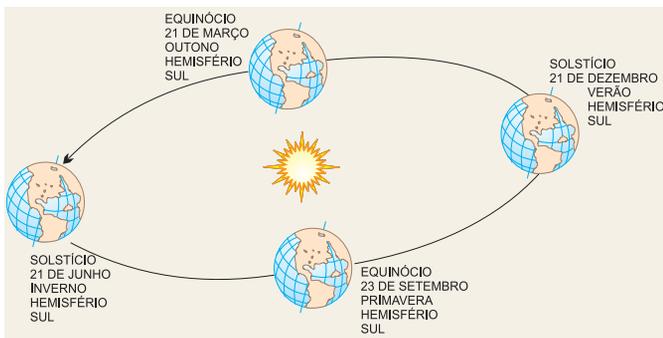
5 horas, 48 minutos e 48 segundos), à velocidade média de 29,7 km/s ou 106.800 km/h. A Terra executa o movimento de translação ao redor do Sol, conservando o seu eixo de rotação inclinado em relação à perpendicular ao plano da órbita. Assim, o plano da eclíptica mantém com o Equador um ângulo diedro de 23°27'.

A inclinação do eixo terrestre e o movimento de translação determinam:

- a desigual distribuição de luz e calor na Terra conforme a época do ano, surgindo, em consequência, as estações do ano;
- a desigual duração dos dias e das noites de acordo com a época do ano;
- os solstícios e os equinócios.

4. ESTAÇÃO DO ANO

Durante o movimento de translação, a exposição dos hemisférios (norte e sul) ao Sol processa-se de maneira desigual, em virtude da inclinação do eixo terrestre.



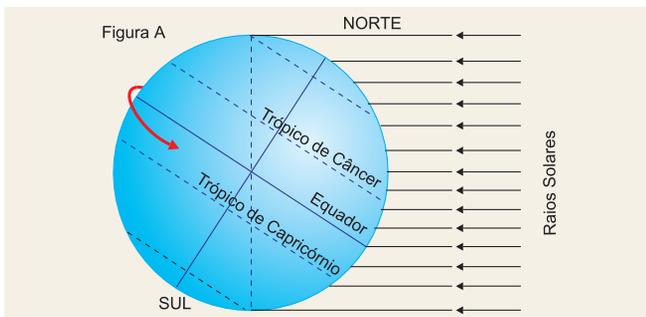
As estações do ano são inversas de hemisfério para hemisfério. Observe.

Data aproximada	Hemisfério norte	Hemisfério sul
21 de dezembro	inverno	verão
21 de março	primavera	outono
21 de junho	verão	inverno
23 de setembro	outono	primavera

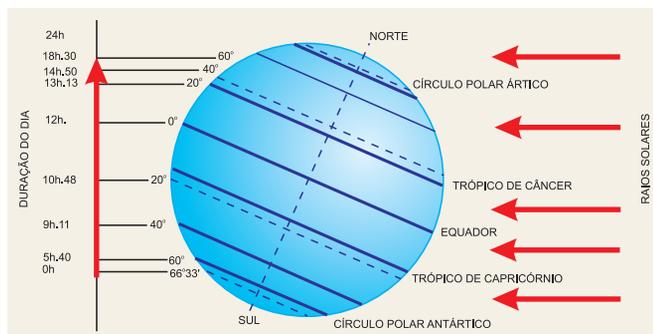
• Solstícios e equinócios

O equinócio ocorre quando os dias e as noites têm a mesma duração em toda a superfície terrestre.

O solstício ocorre quando os dias e as noites têm a máxima diferença de duração, sendo um mais longo e outro mais curto.



Solstício de 21 de junho — nessa posição da Terra, os raios solares incidirão perpendicularmente sobre o Trópico de Câncer, no hemisfério norte, transferindo mais energia do que no hemisfério sul, onde estarão mais inclinados. Será verão no hemisfério norte e inverno no sul. No hemisfério norte, os dias serão mais longos e as noites mais curtas.



21 de junho – solstício, sendo de verão no hemisfério norte e de inverno no hemisfério sul; coincide com a passagem do Sol pelo Trópico de Câncer. O hemisfério **norte** é mais exposto à luz e calor; os dias ficam longos e as noites, curtas. As regiões **árticas**

expõem-se à luz durante 24 horas. No hemisfério **sul**, tem-se o contrário (figura 1).

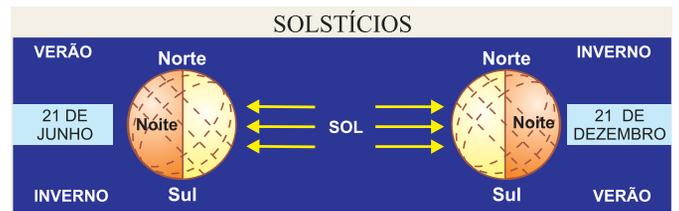


Figura 1

21 de dezembro – solstício, sendo de **inverno** no hemisfério **norte** e de **verão** no hemisfério **sul**; coincide com a passagem do Sol em seu movimento aparente pelo Trópico de Capricórnio. O hemisfério **sul** recebe maior quantidade de luz e calor; os dias ficam longos e as noites, curtas. Nas regiões antárticas, o dia é constante; o Sol não se põe, porque todos os pontos dentro do Círculo Polar Antártico giram dentro da área iluminada. No hemisfério **norte**, ocorre o oposto (figura 2).

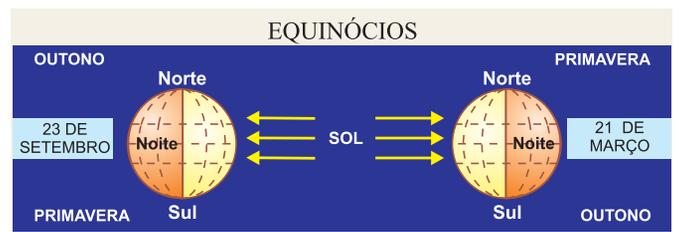


Figura 2

21 de março e 23 de setembro – temos o equinócio de primavera e outono, correspondendo às datas em que os dois hemisférios são igualmente iluminados e os dias e as noites duram exatamente 12 horas em qualquer ponto da superfície terrestre. No equinócio, temos a passagem do Sol em seu movimento aparente pela linha do Equador.

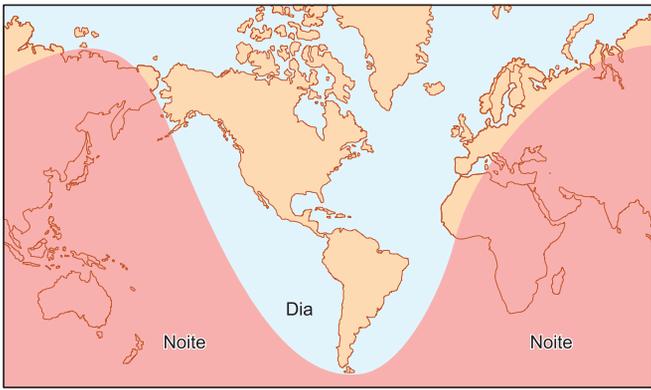
A duração dos dias e das noites varia segundo as estações do ano e também em função das latitudes.

Em todos os pontos da zona intertropical, o Sol passa duas vezes por ano sobre o zênite, e o dia e a noite nunca têm duração inferior a 10 horas e 30 minutos.

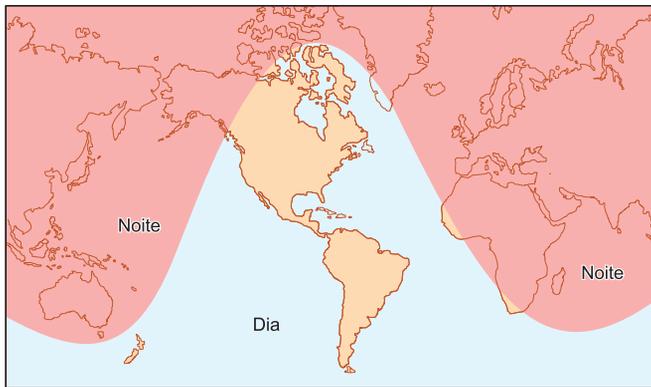
Nas regiões polares, o Sol se mantém abaixo ou acima do horizonte em períodos que variam de 24 horas até meses consecutivos.

• Dimensões da Terra

- Diâmetro polar: 12.713 km
- Diâmetro equatorial: 12.756 km
- Circunferência polar: 40.009 km
- Circunferência equatorial: 40.076 km
- Área da Terra: 148.000.000 km²
- Área das superfícies líquidas: 364.000.000 km²
- Área total da Terra: 512.000.000 km²
- Volume: 1.083.000.000 km³
- Massa: 6 sextilhões de toneladas



Em 21 de junho, temos o SOLSTÍCIO de inverno no hemisfério sul. Observe que o extremo sul do mapa-múndi fica totalmente na escuridão, durante 24 horas.



Em 21 de dezembro, temos outro SOLSTÍCIO: agora o de verão, no hemisfério sul. Os dias são mais longos que as noites. A região sul é a que fica mais exposta aos raios solares.

5. AS FASES DA LUA

São os diferentes aspectos apresentados pela Lua durante o seu movimento de revolução ao redor da Terra. As principais fases são Lua Nova, Lua Crescente, Lua Cheia e Lua Minguante, com duração aproximada de 7 dias cada uma.

– *Lua Nova ou Novilúnio* – quando a Lua se encontra entre o Sol e a Terra. É nessa fase que podem ocorrer os eclipses solares, em determinadas condições, que resultam da projeção do cone da sombra da Lua sobre a Terra.

– *Lua Crescente ou Quarto Crescente ou 1.ª Quadratura* – período que começa 7 dias após a Lua Nova. Nessa

fase, não há ocorrência de eclipses.

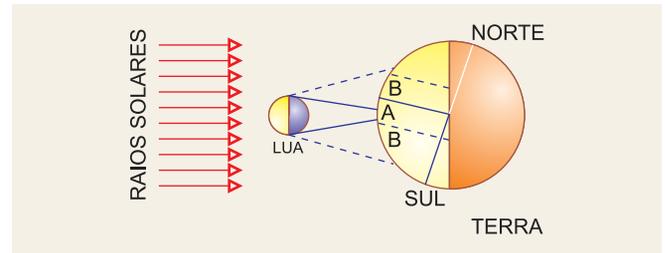
– *Lua Cheia ou Plenilúnio* – período que começa 7 dias após o Quarto Crescente, quando a Lua se encontra em oposição ao Sol. É nessa fase que podem ocorrer, em certas condições, os eclipses lunares que resultam da projeção do cone de sombra da Terra sobre a Lua, ocultando-a total ou parcialmente.

– *Lua Minguante ou Quarto Minguante ou 2.ª Quadratura* – período que se inicia 7 dias após a Lua Cheia. Nessa fase, não há formação de eclipses.

Os movimentos de rotação e revolução da Lua têm a mesma duração: 27 dias, 7 horas e 43 minutos.

6. OS ECLIPSES

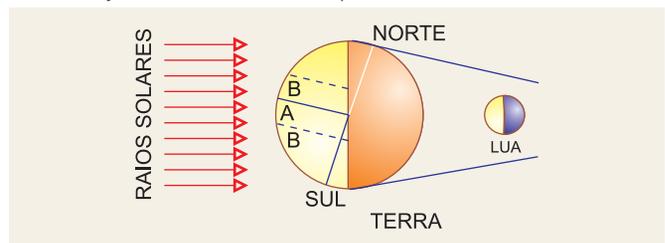
☐ **Eclipses solares** – podem ocorrer quando a Lua se encontra na mesma direção do Sol, portanto em conjunção, ou seja, quando temos Lua Nova. Para que ocorra o eclipse, é necessário que haja um perfeito alinhamento entre os três astros (e que eles estejam sobre um mesmo plano).



A = Área de eclipse total

B = Áreas de eclipses parciais

☐ **Eclipses lunares** – podem ocorrer quando a Lua está em oposição ao Sol (Lua Cheia). Para que ocorra o eclipse, é necessário que haja um perfeito alinhamento entre os três corpos celestes e que eles estejam em um mesmo plano.



MÓDULO 2

Coordenadas Geográficas

1. ROSA-DOS-VENTOS

É formada pelos pontos cardeais, colaterais e subcolaterais.

- **Cardeais** – norte, sul, leste e oeste.
- **Colaterais** – ficam entre os pontos cardeais:

nordeste (NE) — entre o norte e o leste;

sudeste (SE) — entre o sul e o leste;

sudoeste (SO) — entre o sul e o oeste;

noroeste (NO) — entre o norte e o oeste.

- **Subcolaterais** – ficam entre os pontos cardeais e os colaterais:

NNE = nor-nordeste SSO = su-sudoeste
 ENE = es-nordeste OSO = oes-sudoeste
 ESE = es-sudeste ONO = oes-noroeste
 SSE = su-sudeste NNO = nor-noroeste

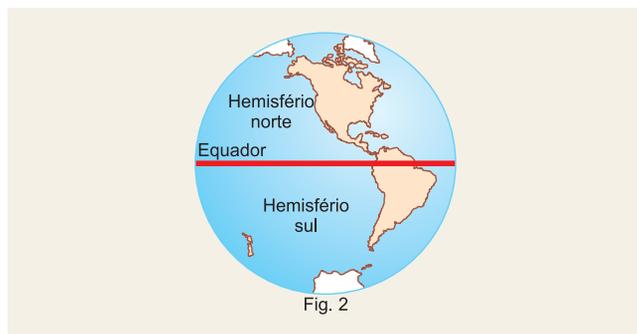
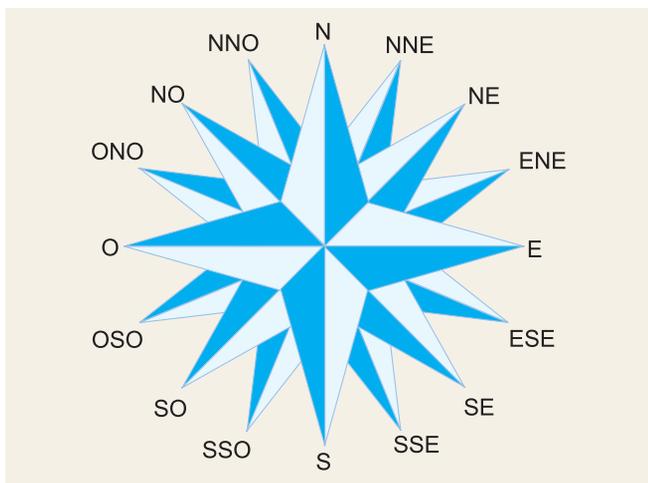


Fig. 2

Existem paralelos especiais, identificados na figura 3, que definem as zonas climáticas da Terra.

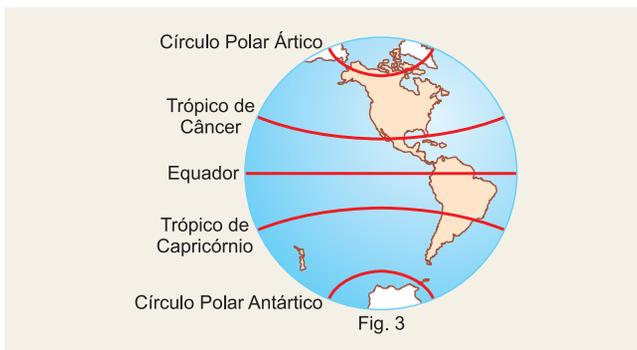


Fig. 3

2. COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Estudaremos, inicialmente, alguns termos utilizados para a determinação das coordenadas geográficas.

As coordenadas geográficas referem-se ao conjunto de linhas imaginárias traçadas sobre a superfície terrestre, tendo por finalidade a localização dos acidentes geográficos. Para determinarmos as coordenadas de uma área, utilizaremos os meridianos e paralelos na definição de latitude e longitude.

☐ Meridianos

São círculos máximos que passam pelos polos. O meridiano principal é o de Greenwich (subúrbio de Londres), que divide a Terra em dois hemisférios: ocidental e oriental. A ele associamos o 0° da contagem das longitudes (figura 1).

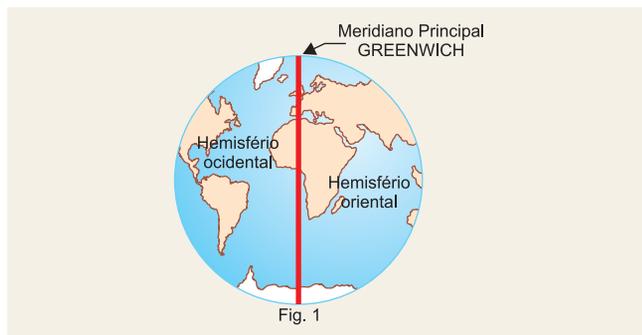


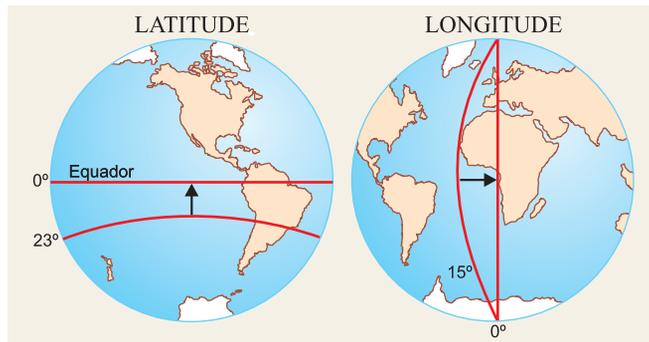
Fig. 1

☐ Paralelos

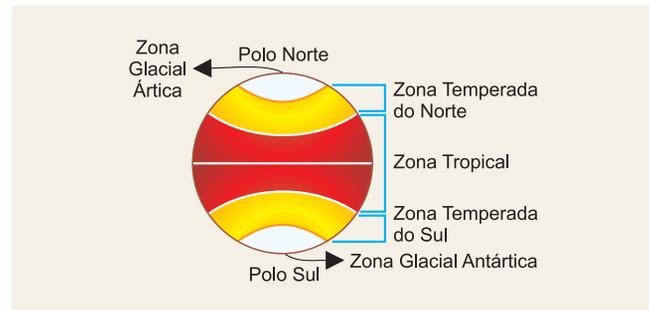
São círculos menores cujos planos são paralelos ao Equador, que é o círculo máximo perpendicular ao eixo de rotação da Terra e a divide em hemisférios norte e sul (fig. 2).

3. LATITUDE E LONGITUDE

Latitude é a distância medida (arco de meridiano), em graus, de um ponto qualquer da superfície terrestre ao Equador, variando de 0 a 90 graus para o norte (+) ou para o sul (-).



Longitude é a distância medida, em graus, de um ponto qualquer da superfície terrestre ao Meridiano de Greenwich, variando de 0 a 180 graus para o leste ou para o oeste.





1. DEFINIÇÃO

A cartografia corresponde a um conjunto de técnicas cuja finalidade é a elaboração de mapas.

Numa representação cartográfica, os elementos mais importantes são:

- tema
- orientação
- escala
- legenda
- projeção

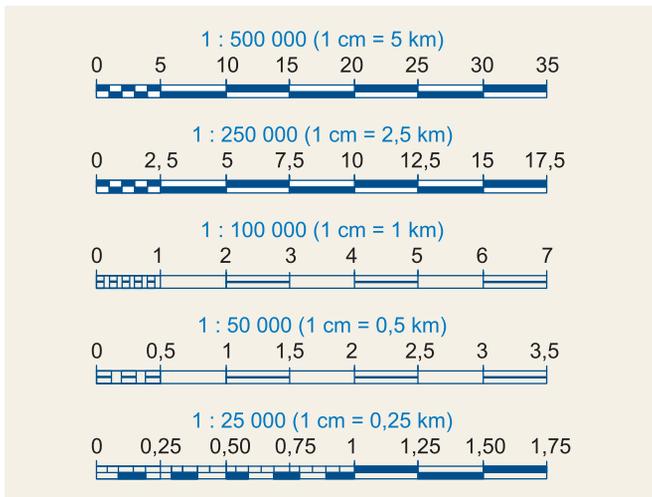
❑ Tema

Sabendo-se que um mapa é uma representação da realidade, e não a própria realidade, conclui-se que ele pode ser produzido visando representar essa realidade de uma maneira muito particular.

O tema de uma representação cartográfica qualquer, seja um cartograma, mapa ou um esquema cartográfico, corresponde ao assunto mapeado ou propriamente representado. São infinitos os temas das representações cartográficas. Exemplos:

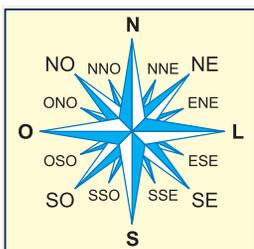
❑ Escala

A escala de um mapa é uma relação de proporção entre a realidade e sua representação. A escala 1:100 deve ser lida: 1 sobre 100, ou seja: 1/100.



A escala pode ser gráfica ou numérica.

❑ Orientação



Num mapa, a indicação de orientação é feita pela apresentação da Rosa-dos-Ventos.

Sua ausência pode significar que o sentido de orientação está subentendido, admitindo-se que a parte superior do mapa corresponde ao NORTE, ou, então,

que, para aquele mapa especificamente, o sentido da orientação não é fator importante de interpretação.

❑ Legenda

Traz instruções para a interpretação dos elementos representados no mapa.

2. PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

A projeção é um recurso que permite a representação da Terra, superfície aparentemente esférica, numa superfície plana (o mapa), ou seja, consiste em se projetar a rede de paralelos e meridianos da esfera terrestre sobre um plano. Como a esfera não pode ser perfeitamente planificada, todos os tipos de projeções são acompanhados de alguma deformação.

Há três tipos básicos de projeções: cilíndricas, cônicas e polares ou planas. Essas projeções têm dado lugar a muitas outras baseadas em cálculos matemáticos. Entre as projeções mais conhecidas, figuram: a de Mercator, a ortográfica, a de Mollweide e a de Goode.

Veja a sequência cartográfica nas figuras 1, 2, 3, e 4:

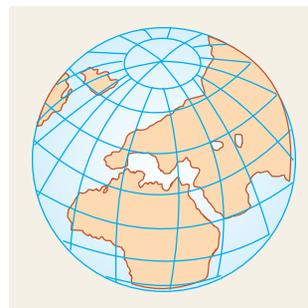


Figura 1 – A Terra tem forma esferoidal.

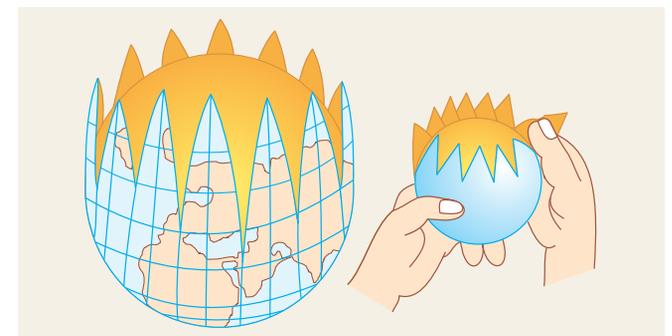


Figura 2 – Para representar sua superfície curva sobre um plano, teríamos que dividi-la em partes, como fazemos ao descascar uma laranja.

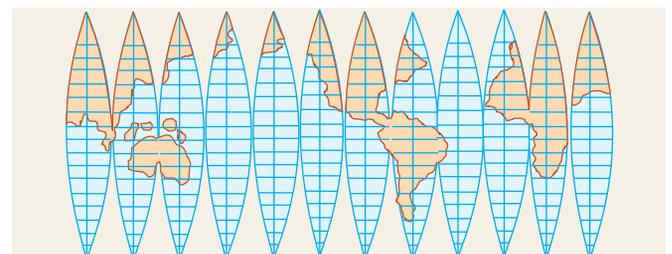


Fig. 3 – O resultado seria uma série de segmentos, cuja superfície seguiria uma curva.

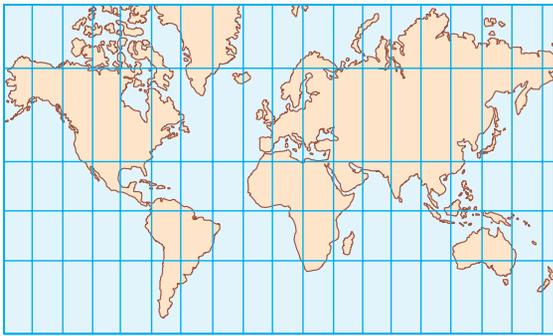
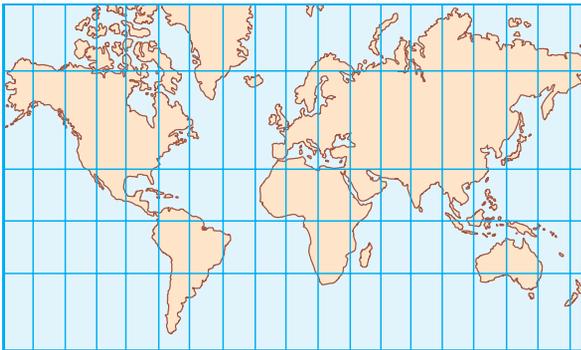


Fig. 4 – Ao unir esses segmentos numa superfície plana contínua, produzir-se-iam necessariamente deformações como as que vemos aqui. Por isso, os mapas nunca podem representar exatamente a superfície terrestre.

❑ Projeção de Mercator

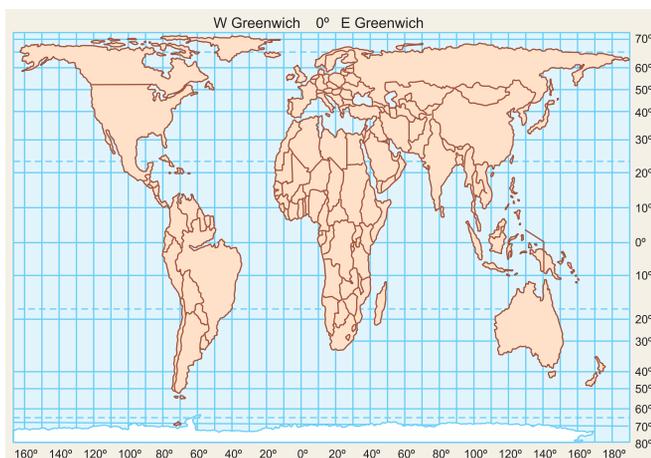
Nessa projeção, os meridianos e os paralelos são linhas retas que se cortam em ângulos retos. Corresponde a um tipo cilíndrico pouco modificado. Nela as regiões polares aparecem muito exageradas.



Projeção de Mercator ou cilíndrica equatorial.

❑ Projeção de Peters

As retas perpendiculares aos paralelos e as linhas meridianas têm intervalos menores. Assim, tem-se como resultado na representação das massas continentais um significativo achatamento no sentido leste-oeste e a deformação no sentido norte-sul, na faixa compreendida entre os paralelos 60° norte e sul e acima destes até os polos, dando a impressão de alongamento da Terra.



Projeção cilíndrica equivalente de Peters.

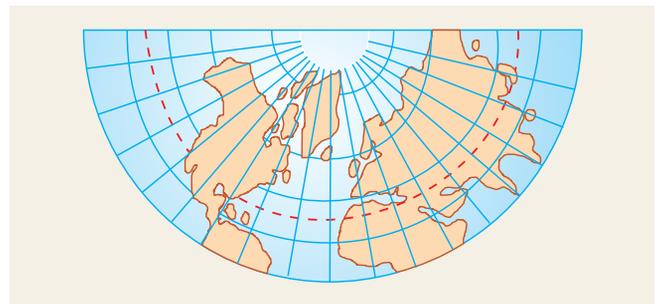
❑ Projeção ortográfica



Ela nos apresenta um hemisfério como se o vissemos a grande distância. Os paralelos mantêm seu paralelismo e os meridianos passam pelos polos, como ocorre na esfera. As terras próximas ao Equador aparecem com forma e áreas corretas, mas os polos apresentam maior deformação.

❑ Projeção cônica

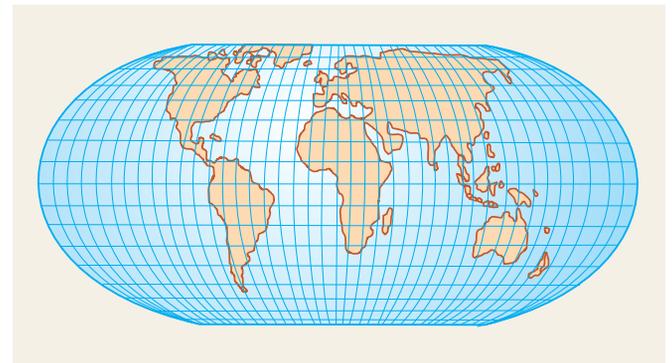
Nessa projeção, os meridianos convergem para os polos e os paralelos são arcos concêntricos situados a igual distância uns dos outros. São utilizados para mapas de países de latitudes médias.



Projeção cônica.

❑ Projeção de Mollweide

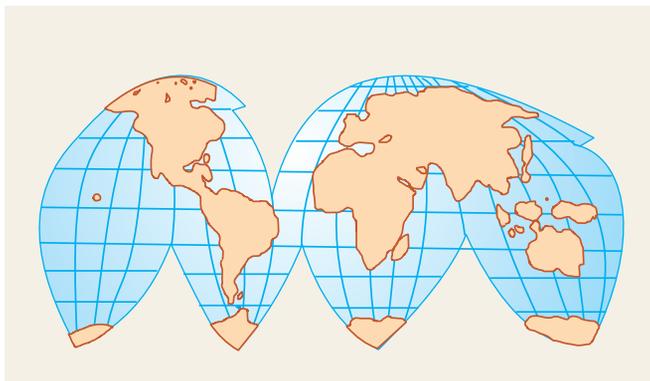
Nessa projeção, os paralelos são linhas retas e os meridianos, linhas curvas. Sua área é proporcional à da esfera terrestre, tendo a forma elíptica. As zonas centrais apresentam grande exatidão, tanto em área como em configuração, mas as extremidades apresentam grandes distorções.



Projeção de Mollweide.

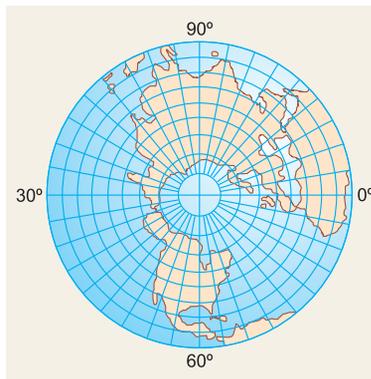
❑ Projeção de Goode, que modifica a de Mollweide

É uma projeção descontínua, pois tenta eliminar várias áreas oceânicas. Goode coloca os meridianos centrais da projeção correspondendo aos meridianos quase centrais dos continentes para lograr maior exatidão.



Projeção de Goode.

❑ Projeção polar ou azimutal



É muito utilizada na aviação.

Traz a sua porção central representada com fidelidade; as deformações ocorrem a partir do ponto central em direção à porção periférica da representação.

Projeção estereográfica polar

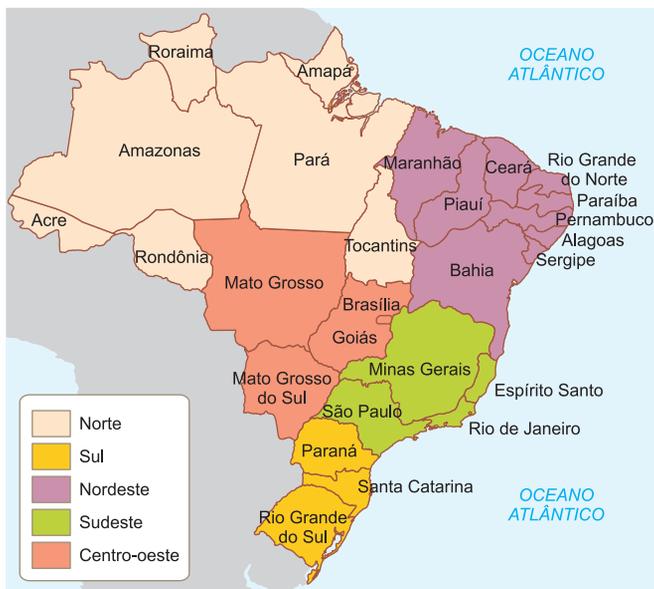
MÓDULO 4

A Cartografia Temática



A cartografia temática corresponde à porção da ciência cartográfica que trata de representações de fenômenos, visando atender a objetivos específicos. Sendo o mapa uma representação da realidade, o tema de uma carta, ou representação, ele pode ser variado e trazer apenas elementos interessantes a uma determinada função ou óptica de análise.

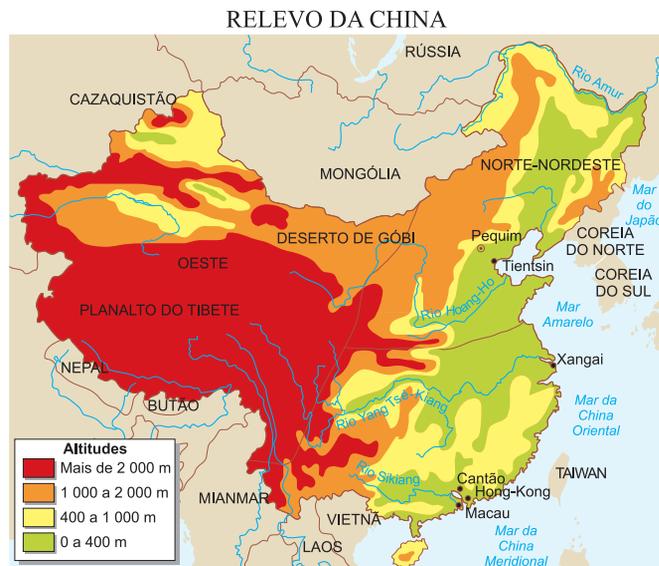
Exemplos de cartas temáticas:



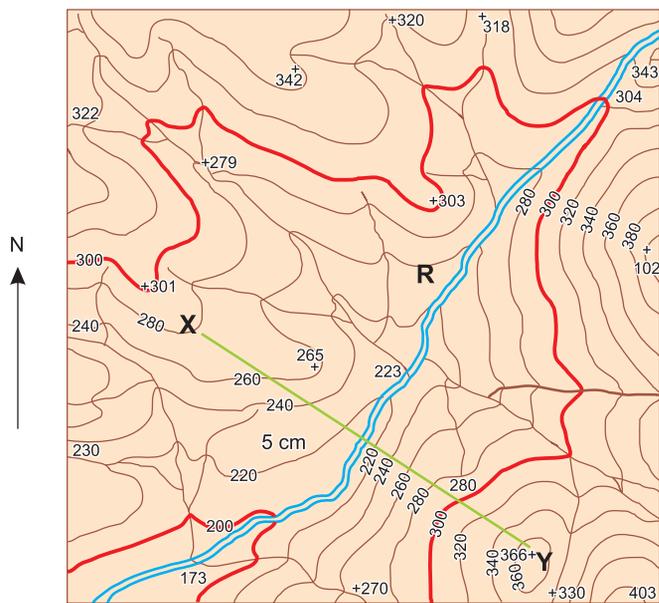
Regiões geoeconômicas brasileiras.



Histórico.



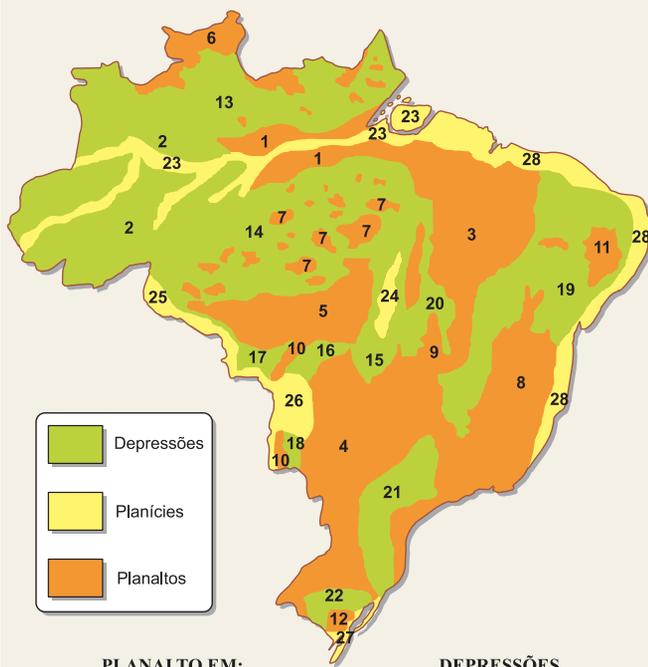
Altimétrico.



escala: 1:50 000

Hipsométrico.

UNIDADES MORFOESTRUTURAIS DO BRASIL 1990 (Jurandyr L. S. Ross)



PLANALTO EM:

BACIAS SEDIMENTARES

- 1 Planalto da Amazônia Oriental
- 3 Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraíba
- 4 Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná

INTRUSÕES E COBERTURAS RESIDUAIS DE PLATAFORMA

- 5 Planalto e Chapada dos Parecis
- 6 Planaltos residuais Norte-Amazônicos
- 7 Planaltos residuais Sul-Amazônicos

CINTURÕES OROGÊNICOS

- 8 Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste
- 9 Planaltos e Serras de Goiás-Minas
- 10 Serras residuais do Alto Paraguai

NÚCLEOS CRISTALINOS ARQUEADOS

- 11 Planalto de Borborema
- 12 Planalto Sul-Rio-Grandense

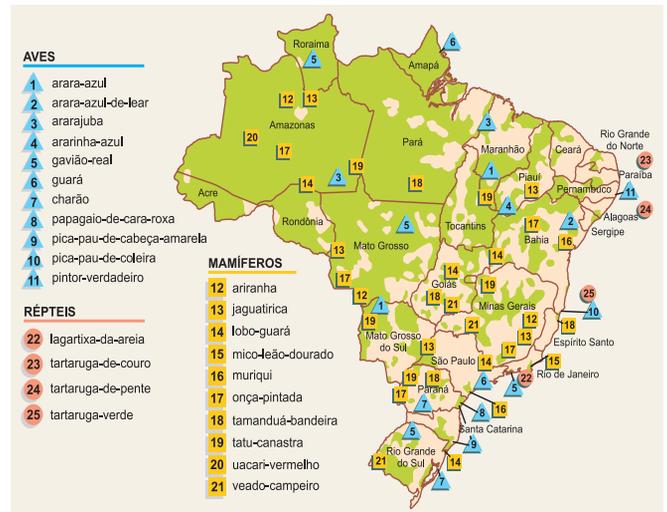
DEPRESSÕES

- 2 Depressão da Amazônia Ocidental
- 13 Depressão Marginal Norte-Amazônica
- 14 Depressão Marginal Sul-Amazônica
- 15 Depressão do Araguaia
- 16 Depressão Cuiabana
- 17 Depressão do Alto Paraguai-Guaporé
- 18 Depressão do Miranda
- 19 Depressão Sertaneja e do São Francisco
- 20 Depressão do Tocantins
- 21 Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná
- 22 Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense

PLANÍCIES

- 23 Planície do Rio Amazonas
- 24 Planície do Rio Araguaia
- 25 Planície e Pantanal do Rio Guaporé
- 26 Planície e Pantanal Mato-Grossense
- 27 Planície da Lagoa dos Patos e Mirim
- 28 Planícies e Tabuleiros Litorâneos

Unidades de relevo.



AVES

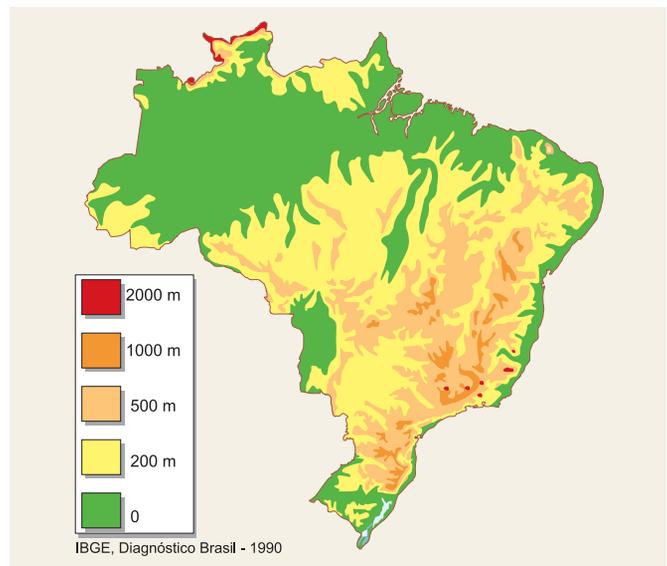
- 1 arara-azul
- 2 arara-azul-de-lear
- 3 ararajuba
- 4 ararinha-azul
- 5 gavião-real
- 6 guará
- 7 charão
- 8 papagaio-de-cara-roxa
- 9 pica-pau-de-cabeça-amarela
- 10 pica-pau-de-coleira
- 11 pintor-verdadeiro

MAMÍFEROS

- 12 ariranha
- 13 jaguatirica
- 14 lobo-guará
- 15 mico-leão-dourado
- 16 muriqui
- 17 onça-pintada
- 18 tamanduá-bandeira
- 19 tatu-canastra
- 20 uacari-vermelho
- 21 veado-campeiro

RÉPTEIS

- 22 lagartixa-da-areia
- 23 tartaruga-de-couro
- 24 tartaruga-de-pente
- 25 tartaruga-verde



IBGE, Diagnóstico Brasil - 1990

Topográfico.

MÓDULO 5

O Espaço Brasileiro

1. DIVISÃO POLÍTICA DO BRASIL

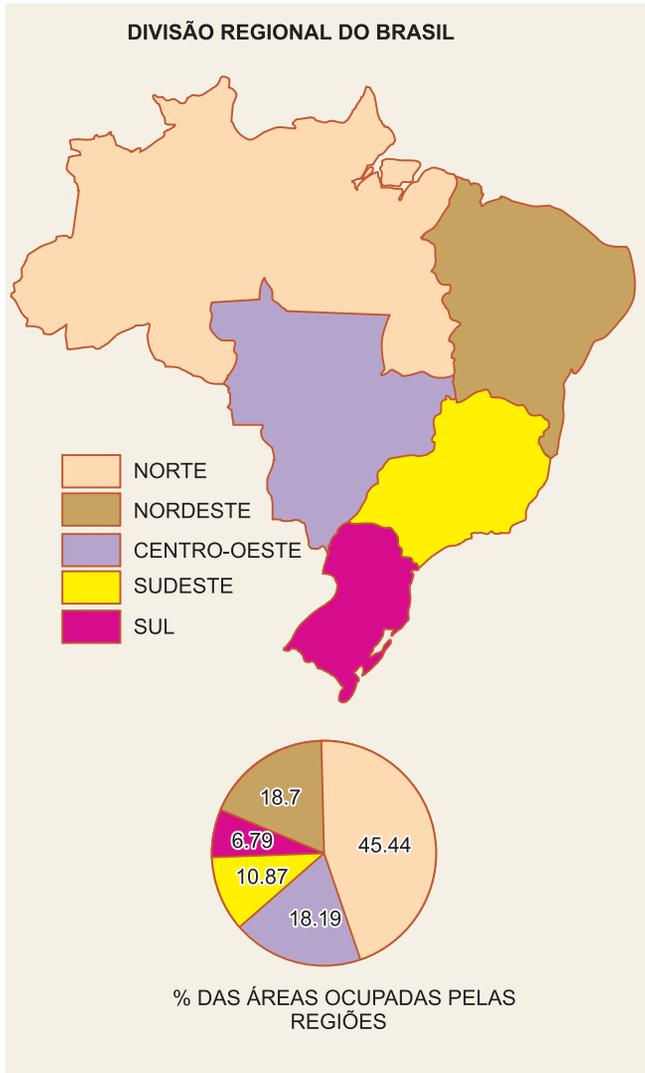
O Brasil ocupa uma área de 8.514.215,3 quilômetros quadrados, abrangendo cerca de 47% do continente sul-americano. É uma República federativa formada por 26 Estados e pelo Distrito Federal, onde se localiza a capital do País.

Os mais novos Estados brasileiros são Tocantins, Roraima e Amapá, criados pela Constituição de 1988.

Os Estados são divididos em municípios, e estes em distritos. A cidade é a sede do município, e a vila é a sede do distrito.



2. DIVISÃO REGIONAL



As cinco grandes regiões geoeconômicas que constituem a divisão regional do Brasil são formadas por extensos blocos territoriais caracterizados pela dominância de certo número de **traços comuns** (físicos, humanos, econômicos e sociais) que as tornam bem distintas umas das outras.

País	Área (km ²)	%
Rússia	17.075.400,0	11,0
Canadá	9.976.137,0	6,6
China	9.551.000,0	6,4
Estados Unidos	9.336.751,0	6,2
Brasil	8.514.215,3	5,7
Terras emersas	149.400.000,0	100,0

LIMITES E PONTOS EXTREMOS DO BRASIL



3. FUSOS HORÁRIOS

A Terra gira em torno de seu eixo, de oeste para leste, completando uma rotação de 360° em 24 horas. Portanto, podemos dividir a superfície terrestre em 24 fusos delimitados por meridianos distantes 15° de longitude.

Existem 24 fusos de 15° cada um ($24 \times 15^\circ = 360^\circ$); 12 fusos a leste e 12 fusos a oeste do Meridiano de Greenwich.

Como a Terra gira de **oeste para leste**, a hora aumenta para leste e diminui em direção ao oeste, a partir de qualquer ponto da superfície terrestre.

Ao ser estabelecido o sistema dos fusos horários, foi necessário determinar a partir de qual se começaria a contar o novo dia. A linha que define o início do novo dia do calendário se denomina **Linha Internacional de Mudança de Data** e atravessa o Pacífico de polo a polo, sem passar por nenhum país importante.

A Linha Internacional de Mudança de Data não corresponde exatamente ao meridiano de 180° e apresenta desvio, para impedir que atravessasse algumas ilhas do Pacífico.

De acordo com o sistema dos fusos horários, podemos observar que todos os fusos apresentam horários definidos em relação a Greenwich (GMT – GREENWICH MERIDIUM TIME). Assim, se uma localidade estiver situada três fusos (45°) a leste do GMT, estará com três horas adiantadas em

relação ao horário de GMT.

Convém lembrar que todos os pontos situados ao longo de um mesmo fuso possuem oficialmente o mesmo horário.

4. FUSOS HORÁRIOS DO BRASIL

Sabendo-se que 15° (medida de um fuso horário), na altura do Equador, corresponde a 1.665 km (1° = = 111,1 km), é fácil entender que o Brasil, por possuir mais de 4.000 km de distância no sentido leste-oeste, deverá ter mais de um fuso horário.

Assim, se forem consideradas as ilhas oceânicas brasileiras, chega-se à conclusão de que o Brasil possui três fusos horários, todos atrasados em relação a Greenwich, já que o País está situado totalmente no hemisfério ocidental.

Os três fusos horários são:

- o **primeiro fuso horário brasileiro** – está atrasado duas horas em relação a Greenwich e nele

estão situadas tão-somente as nossas ilhas oceânicas (Fernando de Noronha, Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Trindade, Martim Vaz e Atol das Rocas);

- o **segundo fuso horário brasileiro** – atrasado três horas em relação a Londres, constitui a hora legal do Brasil (hora de Brasília) e nele estão situados todos os Estados litorâneos, inclusive o Pará, mais o Amapá, Tocantins, Goiás e o Distrito Federal;

- o **terceiro fuso horário brasileiro** – atrasado uma hora em relação a Brasília e quatro horas em relação a Greenwich, compreende os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas, Roraima e Acre.

A atual divisão horária do Brasil foi estabelecida pela Lei 11.662, em 24 de abril de 2008. Assim, com essa nova divisão de fusos, temos as seguintes mudanças: acabou o quarto fuso horário brasileiro, o Pará e o Amazonas passaram a ter um único fuso horário (antes tinham dois), o Acre e o oeste do Amazonas passaram para o 3.º fuso, o Pará ficou totalmente no 2.º fuso.

MÓDULO 6

Urbanização: Evolução e Conceitos



1. HÁBITATS

Genericamente são os locais de habitação, de moradia dos seres vivos. No caso do homem, há dois tipos de habitats: o rural e o urbano.

□ **Habitat rural**

O local de habitação é o campo; a relação econômica se dá com o setor primário da economia (agricultura, pecuária, caça, pesca etc.). No Brasil, há dois tipos:

- **Disperso**

As habitações se encontram distantes entre si, podendo ser **ordenadas** (quando seguem um eixo de orientação) ou **desordenadas** (quando não há eixo).

- **Aglomerado**

As habitações estão próximas entre si, denotando vizinhança. Há basicamente quatro tipos:

a) **Nucleados**, quando as habitações se aglomeram dentro de grandes propriedades.

b) **Povoados**, quando as habitações se encontram próximas entre si dentro de pequenas propriedades.

c) **Colônias**, quando as habitações estão dentro de pequenas ou grandes propriedades, mas são constituídas por imigrantes.

d) **Aldeias**, quando formações características da Europa Medieval persistem em algumas regiões.

□ **Habitat urbano**

As habitações se distribuem pelas cidades (no Brasil, segundo o IBGE, a sede dos municípios). As residências são mais próximas, e as relações sociais são mais intensas, bem como a mobilidade social. No Brasil, a urbanização começou a se intensificar na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que incentivou a industrialização, provocando contínuo êxodo rural em direção às cidades. O crescimento desordenado das cidades causa diversos problemas, como ausência de moradias, desemprego, marginalidade econômica, insegurança, comprometimento da infraestrutura, entre outros.

2. CLASSIFICAÇÃO DE CIDADES

□ **Origens**

São as formas pelas quais a cidade surge. Há dois tipos: as **espontâneas** ou naturais (provêm de uma atividade que não era urbana) e as **planejadas** ou artificiais (que são criadas artificialmente com base em um plano previamente estabelecido). Tipos de cidades espontâneas:

- **feitorias:** São Vicente, Cabo Frio.
- **defesa:** Fortaleza, Manaus, Belém.
- **missões religiosas:** São Paulo, Guarapari.
- **mineração:** Ouro Preto, Cuiabá.
- **entroncamento ferroviário:** São Roque, Bauru.

❑ Posição geográfica

As cidades são classificadas de acordo com o fenômeno geográfico que condiciona a sua estrutura. Exemplos:

- **fluvial:** Juazeiro, Porto Alegre, Manaus.
- **marítima:** Rio de Janeiro, Santos.
- **litorânea:** Cubatão, Itabuna.
- **interiorana:** Campinas, Bauru, Uberaba.

❑ Sítio urbano

Refere-se às características do espaço no qual a cidade se estabeleceu. Assim, temos:

- **acrópole ou colina:** São Paulo e Salvador.
- **planície:** Manaus, Belém e Santarém.
- **planalto:** Brasília e Cuiabá.
- **montanha:** Ouro Preto e Campos do Jordão.
- **insular:** São Luís, Vitória, Florianópolis.

❑ Função urbana

As cidades são classificadas quanto à principal função exercida, avaliada pelo PIB. Exemplos:

- **comercial:** São Paulo, Campina Grande.
- **industrial:** Volta Redonda, Sorocaba.
- **religiosa:** Aparecida, Juazeiro do Norte.
- **administrativa:** Brasília, Florianópolis.
- **estação de saúde:** Campos do Jordão, Águas de Lindoia.

- **turística:** Guarujá, Parati.
- **portuária:** Santos, Rio Grande.

❑ Hierarquia urbana

Convencionou-se classificar as cidades pelo grau de influência que exercem sobre uma determinada região, ou mais precisamente por sua capacidade de polarização do espaço. Essa área de influência recebe a denominação, no Brasil, de região polarizada. Assim, as cidades passaram a ser classificadas, segundo sua maior ou menor capacidade de polarização do espaço, em **metrópoles nacionais e regionais, capitais regionais e centros regionais**.

❑ Megacidades

As megacidades são aquelas que apresentam mais de 10 milhões de habitantes, e as cidades globais são os centros da economia mundial.

❑ Cidades globais

As cidades globais são definidas por sua forte influência econômica regional e internacional. Sendo modernos centros financeiros e sedes de grandes corporações multinacionais, as cidades globais coordenam a economia globalizada e irradiam o progresso tecnológico pelo planeta. Há 55 centros urbanos que podem ser considerados cidades globais, e a maioria está concentrada nas nações mais ricas do mundo, como Nova

Orque, Londres e Tóquio. São Paulo e Rio de Janeiro são metrópoles globais.

❑ Tecnópole (Tecnopolo)

3. REGIÕES METROPOLITANAS

Foram criadas por leis federais de 1972 e 1973, com o objetivo de permitir o planejamento integrado dos municípios que compunham as regiões metropolitanas. São elas:

Porto Alegre: compõe-se de 28 municípios, somando 3,6 milhões de habitantes. Sua influência estende-se a Santa Catarina e para além das fronteiras com a Argentina e o Uruguai.

Curitiba: a área metropolitana é constituída por 25 municípios, com 2,7 milhões de habitantes. Sua influência estende-se a Santa Catarina e à fronteira com o Paraguai.

São Paulo: a maior metrópole do Brasil, com cerca de 17,8 milhões de habitantes em 2000. Sua enorme variedade de serviços torna-a uma das mais influentes do Brasil, abrangendo uma área que compõe o sul de Minas, o norte do Paraná, o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso, Rondônia e sul de Goiás. Possui 39 municípios conurbados.

Rio de Janeiro: com 19 municípios, possui cerca de 10 milhões de habitantes e estende sua influência pelo sul de Minas Gerais e Espírito Santo. Exerce grande influência cultural.

Vitória: passa a ser considerada metrópole em 1995; exerce influência nas fronteiras próximas de Minas e sul da Bahia. Possui 1,4 milhão de habitantes e é constituída por seis municípios.

Belo Horizonte: com 33 municípios e 4,8 milhões de habitantes, tem parte de sua influência subtraída por São Paulo e Rio de Janeiro. Atinge o norte de Minas, sul da Bahia e proximidades de Goiás.

Brasília: é reconhecida como metrópole em 1998, constitui-se das cidades-satélites do Distrito Federal. Sua influência estende-se a Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

Salvador: metrópole baiana, é formada por dez municípios e possui 3,0 milhões de habitantes. Sua influência estende-se ao interior dos Estados nordestinos, atingindo também Sergipe.

Recife: metrópole com 14 municípios e 3,3 milhões de habitantes, estende sua influência a Alagoas, ao sul, e a Paraíba e Rio Grande do Norte, ao norte.

Fortaleza: no Ceará, essa metrópole estende sua influência ao Piauí e Maranhão. É formada por 13 municípios e possui cerca de 2,9 milhões de habitantes.

Belém: metrópole regional de maior área de influência que se estende por toda a região amazônica, atingindo todos os Estados da Região Norte. Possui a menor população entre as metrópoles regionais (cerca de 1,7

milhão de habitantes) e apenas cinco municípios conurbados.

Apesar de definidas conceitualmente como o resultado da integração política, econômica e administrativa entre duas ou mais cidades, as **regiões metropolitanas**, segundo a Constituição brasileira, podem ser “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

4. NOVA CLASSIFICAÇÃO DA HIERARQUIA URBANA BRASILEIRA

Nos últimos anos, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou estudos sobre a rede urbana brasileira, dos quais derivou uma nova forma de classificação das cidades, segundo seu papel na economia do País ou, mais especificamente, na diversidade de suas atividades econômicas, na concentração de centros de decisão e, conseqüentemente, em sua capacidade de polarização do espaço.

Três **estruturas** distintas foram identificadas geograficamente na rede urbana brasileira: o **Centro-Sul**, o **Nordeste** e o **Centro-Norte**, que se diferenciam pelo

nível do adensamento de suas redes de cidades e pelo grau de complementaridade entre os núcleos urbanos que as compõem.

Insertos nessas três estruturas, há 12 **sistemas urbanos regionais** que delimitam as áreas de influência das cidades mais importantes, onde as demais cidades, sob sua influência direta, vão buscar bens e serviços, como educação e saúde.

Nessa nova proposta de classificação, foram identificadas ainda 111 cidades, que constituem os **centros mais dinâmicos** e influenciam a distribuição e a evolução dos municípios pelo território nacional.

Essas 111 cidades, segundo o estudo do IBGE, estão assim classificadas:

Metrópoles diferenciadas, quanto ao nível de influência, em três categorias:

- **metrópoles globais:** São Paulo e Rio de Janeiro;
- **metrópoles nacionais:** Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília;
- **metrópoles regionais:** Campinas, Belém e Goiânia.

Centros regionais: Campo Grande, Ribeirão Preto, Cuiabá e São José dos Campos.

Atualmente, o IBGE reconheceu 26 regiões metropolitanas, conforme a tabela a seguir.

POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL EM 2009	
Região	Nº de habitantes
01. São Paulo (SP)	20.878.703
02. Rio de Janeiro (RJ)	11.894.156
03. Belo Horizonte (MG)	5.119.288
04. Porto Alegre (RS)	4.158.376
05. Recife (PE)	3.737.565
06. Salvador (BA)	3.471.572
07. Fortaleza (CE)	3.494.689
08. Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)	3.352.276
09. Curitiba (PR)	3.326.566
10. Campinas (SP)	2.938.148
11. Belém (PA)	2.195.536
12. Goiânia (GO)	1.939.516
13. Baixada Santista (SP)	1.774.665
14. Vitória (ES)	1.625.587
15. São Luís (MA)	1.270.688
16. Natal (RN)	1.143.321
17. Maceió (AL)	1.089.182
18. Norte/Nordeste Catarinense (SC)	1.026.301
19. Florianópolis (SC)	916.315
20. Londrina (PR)	747.854
21. Vale do Aço (MG)	663.073
22. Vale do Itajaí (SC)	638.846
23. Maringá (PR)	574.202
24. Foz do Rio Itajaí (SC)	475.589
25. Carbonífera (SC)	424.747
26. Tubarão (SC)	424.591
Total	79.301.352



As regiões metropolitanas foram instituídas, na década de 1970, por Leis Complementares Federais. A Lei Complementar 14, de 8 de junho de 1973, criou: São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém; a Lei Complementar 20, de 1º de julho de 1974, instituiu o Rio de Janeiro.

Atualmente, as 26 regiões metropolitanas concentram 413 municípios, habitados por aproximadamente 81

milhões de pessoas, ocupando menos de 2% do território nacional e 40% da população do Brasil.

□ Regiões Metropolitanas do Brasil

No quadro a seguir, são listadas as regiões metropolitanas do Brasil e respectivos Estados, legislação, data de criação, número de municípios integrantes e município-sede:

Estados	Regiões Metropolitanas	Legislação	Data de Criação	Nº Atual de Municípios	Município-Sede
AL	RM de Maceió	LCE 18/98	19/11/1998	11	Maceió
BA	RM de Salvador ¹	LCF 14/73	08/06/1973	10	Salvador
CE	RM de Fortaleza ¹	LCF 14/73	08/06/1973	13	Fortaleza
DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) ²	LCE 94/98	19/02/1998	21	Brasília
ES	RM de Vitória	LCE 58/95	21/02/1995	6	Vitória
GO	RM de Goiânia	LCE 27/99	30/12/1999	11	Goiânia
MA	Grande São Luís	LCE 38/98	12/01/1998	4	São Luís
MG	RM de Belo Horizonte ^{1 e 3}	LCF 14/73	08/06/1973	34	Belo Horizonte
	RM do Vale do Aço ³	LCE 51/98	30/12/1998	26	Ipatinga
PA	RM de Belém ¹	LCF 14/73	08/06/1973	5	Belém
PR	RM de Curitiba ¹	LCF 14/73	08/06/1973	25	Curitiba
	RM de Londrina	LCE 81/98	17/06/1998	6	Londrina
	RM de Maringá	LCE 83/98	17/07/1998	8	Maringá
PE	RM de Recife ¹	LCF 14/73	08/06/1973	14	Recife
RJ	RM do Rio de Janeiro ¹	LCE 20/74	1º/07/74	20	Rio de Janeiro
RN	RM de Natal	LCE 152/97	16/01/1997	6	Natal
RS	RM de Porto Alegre ¹	LCF 14/73	08/06/1973	31	Porto Alegre
SC	RM de Florianópolis ⁴	LCE 162/98	06/01/1998	22	Florianópolis
	RM do Vale do Itajaí ⁴	LCE 162/98	06/01/1998	16	Blumenau
	RM do Norte/Nordeste Catarinense ⁴	LCE 162/98	06/01/1998	20	Joinville
	RM da Foz do Rio Itajaí ⁴	LCE 221/2002	06/01/1998	9	Itajaí
	RM Carbonífera ⁴	LCE 221/2002	09/01/2002	10	Criciúma
	RM de Tubarão ⁴	LCE 221/2002	09/01/2002	18	Tubarão
SP	RM de São Paulo ¹	LCF 14/73	08/06/1973	39	São Paulo
	RM da Baixada Santista	LCE 815/96	30/07/1996	9	Santos
	RM de Campinas	LCE 870/2000	19/06/2000	19	Campinas

IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração: Emplasa, 2000.

¹ Uma das nove primeiras regiões metropolitanas instituídas no País, em 1973 e 1974.

² A Ride é composta de municípios dos Estados de Minas Gerais e Goiás e do Distrito Federal.

³ Não inclui o Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, instituído pela LCE 56, de 12/1/2000, e o Colar Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Aço, criado pela LCE 51, de 30/12/98.

⁴ Inclui o Núcleo Metropolitano e a Área de Expansão Metropolitana.

⁵ A lei que criou a Região Metropolitana do Vale do Aço não define qual é o município-sede, mas Ipatinga é o município-polo da Região.



1. IMIGRAÇÕES

Até 1808, eram proibidas as entradas no Brasil de grupos que não fossem portugueses. Com a independência, a imigração foi liberada e incentivada. Entre 1830 e 1930, entraram no Brasil aproximadamente 5 milhões de imigrantes. Os principais grupos foram:

❑ Alemães (1850-1870 – período de maior entrada)

Concentraram-se no Sul. Fundaram no Rio Grande do Sul, onde foram os pioneiros, junto aos Rios Sinos, Caí e Taquari (afluentes do Jacuí), São Leopoldo e Novo Hamburgo. Em Santa Catarina, fixaram-se junto ao Vale do Rio Itajaí, fundando as cidades de Blumenau, Joinville, Brusque e outras. Introduziram no Brasil as pequenas propriedades com trabalho familiar, praticando a policultura voltada para o consumo. Trouxeram características culturais (língua, religião) e tiveram problemas de adaptação.

❑ Eslavos – poloneses, ucranianos e russos (1870-1886 – período de maior entrada)

Concentraram-se no Paraná, dirigindo-se inicialmente para o interior, onde trabalharam na agricultura e no extrativismo vegetal. Fundaram cidades como Ponta Grossa e também tiveram problemas de adaptação.

❑ Italianos (1870-1914 – período de maior entrada)

Depois dos portugueses, foi o grupo mais numeroso a entrar no Brasil. Vieram em duas levas. O primeiro grupo (1870-1886) foi levado ao Sul e estabeleceu-se inicialmente: em Santa Catarina, no Vale do Rio Tubarão, fundando Nova Veneza, Nova Trento, Criciúma; no Rio Grande do Sul, fundando Caxias do Sul, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha e Bento Gonçalves. Esse grupo introduziu a uva, que, mais tarde, tornou-se a base da indústria vinícola. O segundo grupo, mais numeroso, veio para São Paulo trabalhar no plantio de café, substituindo a mão de obra escrava. Mais tarde, deixando a atividade rural, dirigiu-se para a capital, dedicando-se a atividades industriais. Deixou marcas culturais profundas na cidade.

❑ Japoneses (a partir de 1908)

Atraídos pelo café, vieram para o Estado de São Paulo, estabelecendo-se em cinco diferentes regiões: oeste do Estado (região de Bauru, Marília e cercanias), plantando café e depois diversas outras culturas; Vale do Paraíba, com o plantio de arroz e atividades granjeiras; Vale do Ribeira (sul do Estado), com o cultivo do chá; periferia de São Paulo, capital, com hortifrutigranjeiro; São Paulo, capital, com atividades terciárias. Grupos de descendentes de japoneses nascidos no Brasil empreenderam, nas décadas de 1980 e 1990, um retorno ao Japão em busca de melhores oportunidades.

2. MIGRAÇÕES INTERNAS

Os movimentos migratórios são provocados por desequilíbrios regionais do País. Os diferentes graus de desenvolvimento das regiões tornaram algumas delas polos de atração e outras, polos de repulsão.

No Brasil, um dos **polos de repulsão** mais importantes continua a ser o campo, graças à sua mecanização, aos baixos salários, à modernização agrícola, à concentração de terras e à precária infraestrutura. O **êxodo rural** se faz em direção a cidades onde, supostamente, há mais oportunidades e melhores condições de vida. O processo causa o esvaziamento do campo e o crescimento desordenado das cidades com todas as consequências.

Uma região de repulsão bastante importante é o Nordeste, notadamente o Sertão, onde as condições climáticas e a concentração de terra tornam a vida muito difícil. Sendo esse um movimento que se processa desde tempos coloniais, hoje em dia os nordestinos dirigem-se principalmente para o Sudeste, para as grandes cidades ou para o Norte, em busca de terra ou garimpo.

Na década de 1980, obteve destaque o êxodo dos sulistas, pressionados pelas mudanças na estrutura fundiária e pela mecanização do campo. Sua retirada levou-os em direção às frentes agrícolas pioneiras do Centro-Oeste e do Norte.

Merecem destaque ainda as migrações das pequenas para as grandes cidades, o **êxodo urbano-urbano**; as migrações sazonais, praticadas pelos boias-frias no Centro-Sul e pelos corumbas entre o Sertão/agreste e a Zona da Mata – a **transumância**; o movimento diário da parcela da população urbana no sentido periferia-centro-periferia, o **movimento pendular ou diário**.



RELEVO DO OCEANO ATLÂNTICO



- Pouco recortado, maciço, caracterizado pela ausência de golfos e penínsulas.
- Extenso: 7.367 km.
- Temperaturas elevadas.
- Variação da Amplitude das Marés, diminuindo no sentido norte-sul.
- 200 milhas marítimas de águas territoriais.

1. RELEVO SUBMARINO

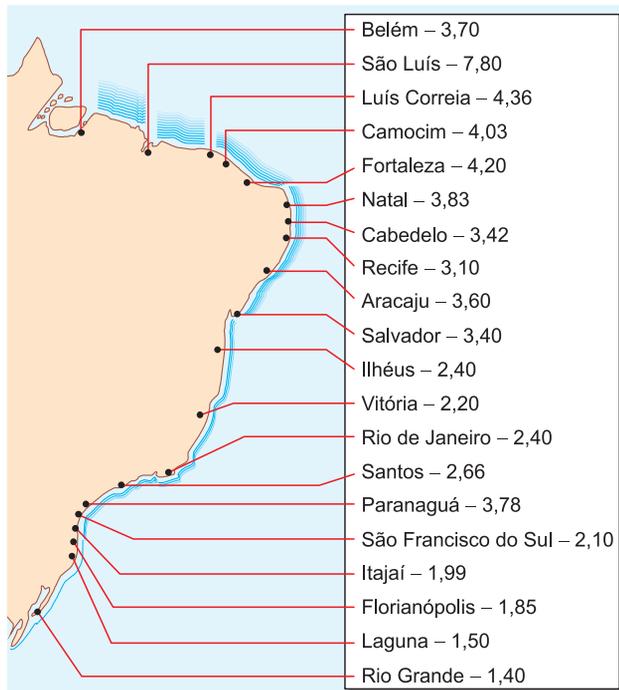
Plataforma Continental → ilhas costeiras

Talude Continental

Região Abissal → Cordilheiras Oceânicas,
Dorsal Atlântica
Ilhas Oceânicas

2. LITORAL BRASILEIRO

AMPLITUDE DAS MARÉS NO LITORAL DO BRASIL
em metros



3. DIVISÕES DO LITORAL

Litoral Norte, Setentrional ou Equatorial

AP – RN — mangues, dunas e salinas

Litoral Leste, Oriental ou Tropical

RN – RJ — recifes, barreiras e salinas

Litoral Sul, Meridional ou Subtropical

RJ – RS — baixadas, falésias e formações
lacustres

4. ILHAS OCEÂNICAS



Arquipélago de Fernando de Noronha, Ilha da Trindade, Ilha de Martim Vaz, Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Atol das Rocas.

MÓDULO 1

Capitalismo e Socialismo

1. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA CAPITALISTA

- Predomínio da **propriedade privada** ou particular dos meios de produção.
- Trabalho assalariado.
- Livre concorrência e livre-iniciativa, com a produção levando em consideração a relação existente entre oferta e procura (**economia de mercado**).
- **Lucro** como objetivo da produção.
- Sociedade dividida em classes sociais e de troca: a **burguesia**, que possui os meios de produção, e o **proletariado**, que vende sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver.

2. CARACTERÍSTICAS DO SOCIALISMO

- Predomínio da **propriedade pública ou estatal** dos meios de produção.
- Redistribuição de renda: o trabalho é pago segundo as necessidades individuais, levando-se em conta, é claro, sua qualidade.
- Economia centralizada estatal, apresentando **planificação** estipulada para um período (quinquenal, trienal etc.).
- Produção destinada à satisfação direta ou indireta das necessidades sociais.
- **Ausência de classes sociais**.

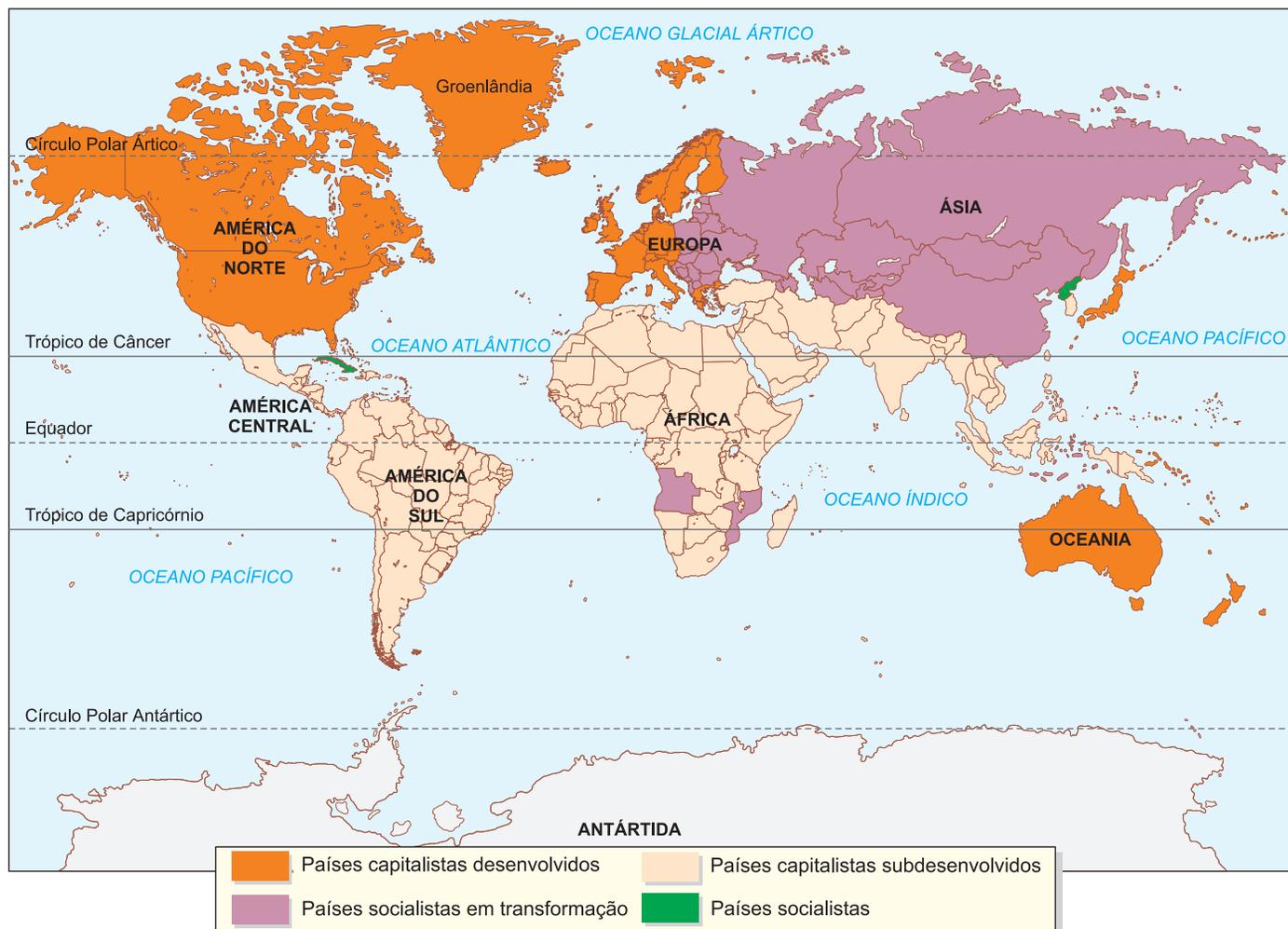
MÓDULO 2

Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e a Nova Ordem Internacional

1. CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS OU PERIFÉRICOS

- Dependência tecnológica e financeira.
- Economia basicamente agrícola.
- Predomínio de população ativa no setor primário.
- Industrialização incipiente.
- Exportação de matérias-primas agrícolas e/ou minerais.
- Abundante mão-de-obra e baixos salários.
- Forte ação de empresas transnacionais e multinacionais.
- Agricultura marcada pela ausência de técnicas, reduzida mecanização e baixa produtividade.
- Precária rede de transportes e comunicações.
- Baixa produção e baixo consumo de energia.
- Grandes desigualdades sociais.
- Elevada taxa de analfabetismo.
- Baixa renda *per capita*.
- Elevada taxa de natalidade, em razão da ausência de controle, e elevada taxa de mortalidade, com destaque para as elevadas taxas de mortalidade infantil.
- Predomínio de população jovem (menos de 19 anos).
- Baixo padrão de vida.
- Grande endividamento externo.
- Baixo consumo de calorias por habitante.
- Predomínio de população na área rural.

DIVISÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO MUNDO – 1945 A 1991



2. CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS OU CENTRAIS

Os países desenvolvidos, avançados ou centrais apresentam as seguintes características:

- elevado nível de industrialização;
- controle científico e tecnológico;
- baixa taxa de analfabetismo;
- elevada renda *per capita*;
- elevado consumo de energia;
- predomínio dos setores secundário e terciário;
- elevado nível alimentar;
- baixa taxa de natalidade;

- baixa taxa de mortalidade infantil;
- elevada esperança de vida;
- predomínio de produtos industrializados nas exportações.

3. A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Algumas modificações estão ocorrendo na divisão internacional do trabalho:

- Os países do antigo bloco socialista ou do Segundo Mundo estão se integrando cada vez mais no comércio mundial, ampliando suas exportações e importações, principalmente com os países desenvolvidos ou centrais.

- Os países periféricos aumentaram muito as exportações de bens industrializados e também o comércio entre si.

4. A NOVA ORDEM MUNDIAL

Em 1945, surgiu a bipolaridade mundial, com a divisão do mundo em dois blocos econômicos e militares: o capitalista, com influência dos EUA, e o socialista, com a liderança da URSS.

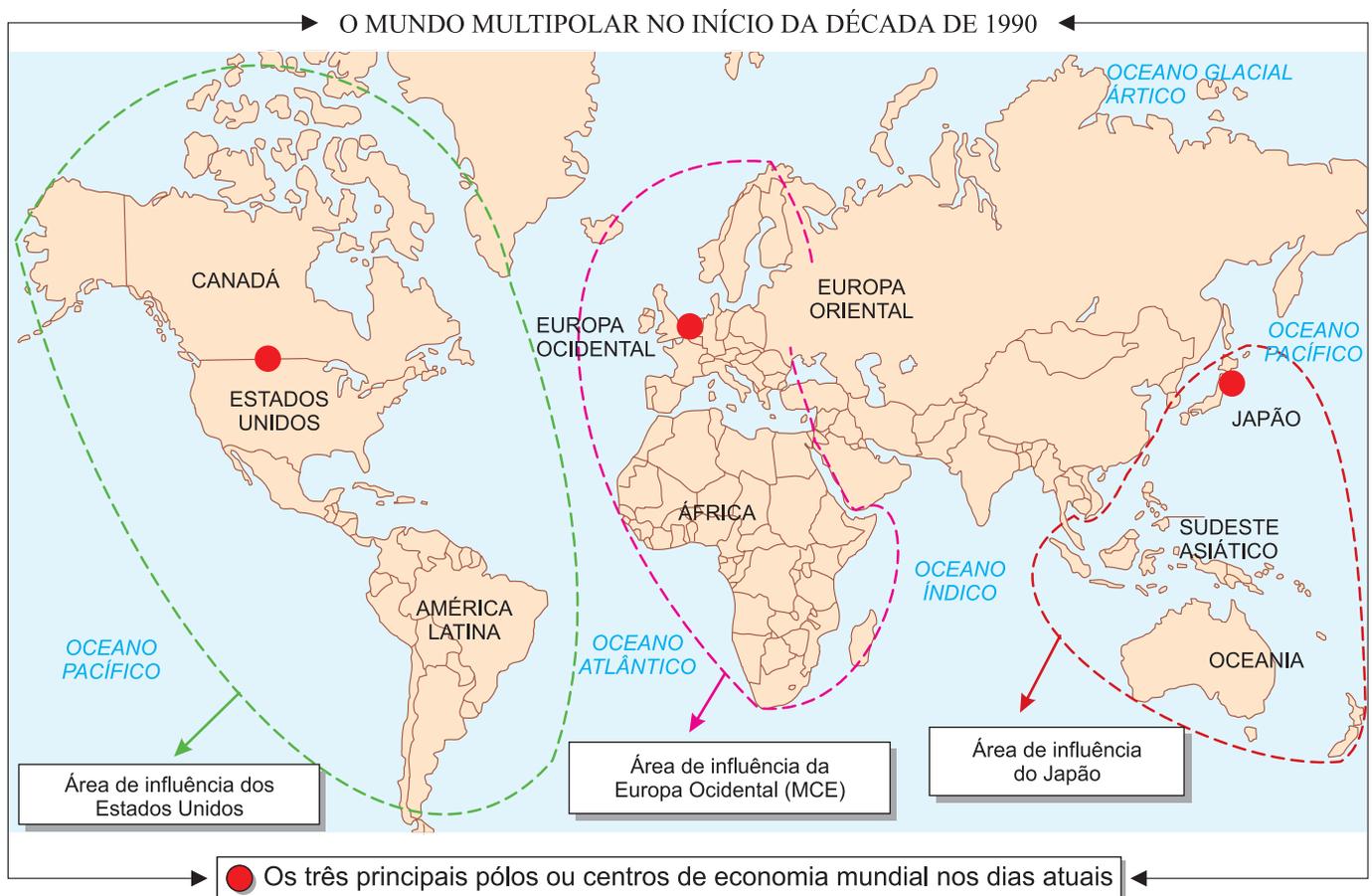
O fim da Guerra Fria, supunha-se, acabaria com uma série de conflitos que pareciam não ter outra justificativa, mas o fato é que, desde o desaparecimento do confronto entre duas superpotências – EUA e URSS (esta última nem existe mais) –, vários conflitos surgiram ou, latentes, eclodiram, trazendo instabilidade à Nova Ordem Internacional que se estabelece. A globalização afirma-se a despeito desses conflitos, alguns até mesmo com potencial para se alastrar em escala regional e mundial.

Tais conflitos, que comprometem a produção (agora globalizada), podem ou não ter uma solução definitiva ou paliativa, rápida ou lenta.

A Guerra Fria acabou, mas inúmeros conflitos relacionados a questões de ordem geopolítica ainda estão pendentes – muitos deles são herança da própria Guerra Fria; outros, anteriores à Guerra Fria, permaneceram latentes sob o jogo das superpotências e agora vêm à tona. Além das questões étnico-religiosas ou nacionais, esses conflitos questionam o próprio conceito de Ordem Internacional.

Em 1990, com o fim da Guerra Fria e do Pacto de Varsóvia e com a abertura econômica de países socialistas, uma nova ordem político-econômica se estabelece: a formação de blocos econômicos, ou seja, o nascimento de um mundo multipolar.

Nessa multipolaridade mundial, destacam-se: o Japão, como principal centro de decisões no Pacífico; a UE (União Europeia); o bloco norte-americano (EUA, Canadá e México); outras nações que crescem em importância, como a China e os países muçulmanos.



Nessa Nova Ordem Mundial, que caracteriza a década de 1990, é fundamental analisarmos a globalização da economia, o papel das multinacionais, o Estado-Nação e o destaque que vêm ganhando o neoliberalismo e a socialdemocracia.



1. ASPECTOS NATURAIS

Área: 6.651.086 km².

Composição: 17 países.

Predomínio de planaltos.

Centro: Planície da Mesopotâmia.

Clima predominante: árido.

Vegetação: xerófitas e estepes.

Rios temporários (Ueds). Exceções: Rios Tigre, Eufrates e Jordão, que deságuam no Mar Morto.

Países	Área (km ²)	População absoluta (nº habitantes)	População relativa hab. (km ²)
Afganistão	647.500	29.928.987	46,22
Arábia Saudita	1.960.582	26.417.599	13,47
Barein	665	688.345	1.035,10
Chipre	9.250	780.133	84,33
Emirados Árabes Unidos	82.880	2.563.212	30,95
Iêmen	527.970	20.727.063	39,25
Irã	1.648.000	68.017.860	41,27
Iraque	437.072	26.074.906	56,65
Israel	20.770	6.276.883	302,20
Jordânia	92.300	5.759.732	62,40
Líbano	10.400	3.826.018	367,88
Omã	212.460	3.001.583	14,12
Palestina (Faixa de Gaza e Cisjordânia)	6.220	3.761.904	604,80
Catar	11.437	863.051	75,46
Kuwait	17.820	2.335.648	131,06
Síria	185.180	18.448.752	99,62
Turquia	780.580	69.660.559	89,24
Oriente Médio	6.651.086	289.132.225	43,47

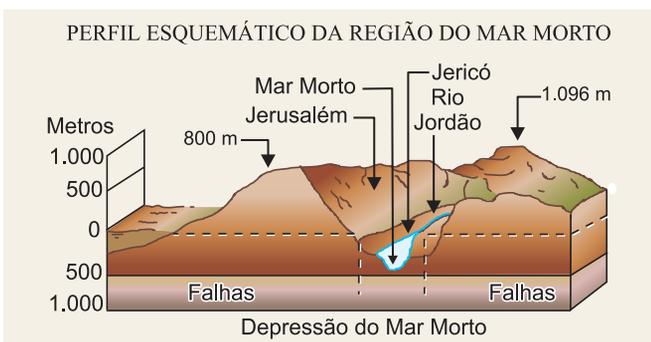
2. ASPECTOS HUMANOS

Aproximadamente 289,1 milhões de habitantes.

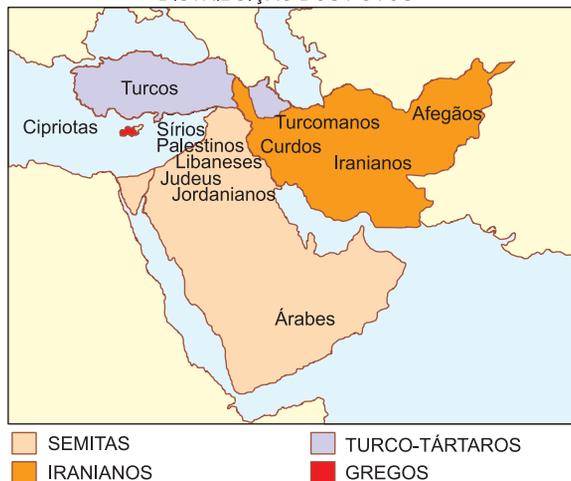
Baixo padrão de vida.

Diversidade étnica e religiosa.

População mal distribuída.



DISTRIBUIÇÃO DOS POVOS



País	Etnia	Religião
Turquia	otomanos	islamismo (sunitas)
Irã	persas	islamismo (xiitas)
Israel	semitas	judaísmo
Líbano	semitas	islamismo (sunitas e xiitas) e cristianismo (católicos, ortodoxos e maronitas)

3. ASPECTOS ECONÔMICOS

- Periferia do sistema capitalista.
- Agricultura:
 - Mediterrânea no litoral: oliveiras, videiras.
 - Mesopotâmica (Irã): frutas, arroz, cana.

– Irrigada com dessalinização, destacando-se em Israel.

- Pastoreio nômade: caprinos, ovinos, dromedários.
- Petróleo: Golfo Pérsico.
- Indústria incipiente, exceto em Israel, com destaque para os segmentos siderúrgico, químico, naval, automobilístico, aéreo, bélico e de cimento.

País	Taxa de natalidade (%)	Taxa de mortalidade (%)	Taxa de mortalidade infantil (%)	Expectativa de vida (em anos)	Taxa de analfabetismo (%)	ALP (*)	Renda per capita (US\$/ano)
Austrália	12,26	7,44	4,69	83,40	–	–	30.700
Suécia	10,36	10,36	2,77	82,74	1	–	28.400
Estados Unidos	14,14	8,25	6,5	77,71	3,0	12	40.100
Afganistão	47,02	20,75	163,07	42,90	64,0	53	800
Arábia Saudita	29,56	2,62	11,18	77,55	11,2	–	12.000
Irã	16,83	5,55	41,58	71,40	10,6	40	7.700
Israel	18,21	6,18	7,03	79,32	4,6	18	20.800
Líbano	18,88	6,24	24,52	72,63	12,6	28	5.000
Turquia	16,83	5,96	41,04	72,36	13,5	20	7.400

(*) % da população que vive abaixo da linha internacional da pobreza.

Obs. 1: As taxas de analfabetismo dos países árabes são em geral bastante elevadas, em virtude da não alfabetização das mulheres por causa das leis muçulmanas.

Obs. 2: A renda per capita, principalmente nos países do Oriente Médio, não reflete absolutamente a renda real de cada habitante. A concentração de renda, bastante acentuada, justifica a extrema miséria da população.



1. ISRAEL

Desde a sua criação, Israel enfrentou agressões de seus vizinhos. Eram muitos os desafios. O deserto inclemente foi domado. Outrora só havia agricultura no litoral, uma atividade tradicional e pouco rentável. Israel estabeleceu comunidades irrigadas no deserto. A água, tirou do mar e dessalinizou-a. O auxílio da comunidade judaica internacional foi fundamental ao país que nascia em meio a uma série de conflitos.

Em 1948 e 1949, os confrontos foram de afirmação do espaço nacional contra os árabes oponentes à existência do Estado judeu – a Guerra de Independência.

Em 1956, ocorreu a **Guerra do Suez** contra o Egito do pan-arabismo de Gama Nasser, que se aproximara da URSS. Nesse conflito, Israel contou com o apoio das potências ocidentais.

Em 1967, na **Guerra dos Seis Dias**, Israel, sob a alegação de estar se antecipando a um ataque de forças árabes unidas em três frentes – norte, sul e leste –, ocupou terras da Síria (Colinas de Golã), do Egito (a Faixa de Gaza e a Península do Sinai) e da Jordânia (a Cisjordânia). Foi uma ofensiva que demonstrou o brilhantismo da inteligência militar israelense e, até certo ponto, a superioridade tática de suas Forças Armadas.

ISRAEL E OS TERRITÓRIOS OCUPADOS EM 1967



Em 1973, aproveitando-se do feriado judaico do Dia do Perdão, os árabes, derrotados em 1967, desfecharam um ataque contra Israel, a **Guerra do Yom Kipur**. Israel conseguiu, após duas semanas de combate, debelar o ataque árabe com o apoio do Ocidente, particularmente dos Estados Unidos. As nações árabes, no entanto, entenderam que o apoio ocidental a Israel contrariou seus interesses e comprometeu a soberania dessas regiões. Assim, os países do Golfo Pérsico, que não estavam envolvidos no conflito diretamente, decidiram boicotar as exportações de petróleo ao Ocidente e aumentaram os preços do barril de petróleo, dando início à primeira crise do petróleo.

❑ A crise israelo-palestina

Em 1987, teve início, nos territórios ocupados da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, um movimento popular palestino denominado Intifada – a “guerra das pedras” – contra a ocupação israelense desses territórios, que já se estendia desde a Guerra dos Seis Dias, de 1967.

A Intifada constituiu-se de uma ação popular que logo foi capitalizada pela OLP – Organização para a Libertação da Palestina, criada em 1964. A pressão popular palestina, somada ao reposicionamento de interesses dos Estados Unidos na região, tendo o governo de Tel Aviv como seu principal aliado regional, levou Israel a negociar o território pela paz.

Os acordos de paz da década de 1990 significaram uma nova fase nas relações entre Israel e os palestinos, agora representados pela ANP – Autoridade Nacional Palestina. Estabeleceram o reconhecimento mútuo e um cronograma de transferência de terras aos palestinos. No entanto, esse cronograma condicionava-se a pontos de discussão até hoje controversos:

- o *status* de Jerusalém;
- o controle dos mananciais hídricos;
- o combate ao terrorismo;
- a questão dos refugiados palestinos;
- a remoção das colônias de judeus dos territórios ocupados.

Esses pontos polêmicos levaram a um impasse que fez com que grupos extremistas voltassem às práticas terroristas.

Israel ainda desocupou o sul do Líbano, que havia ocupado em 1982, e mantinha desde essa época uma zona de segurança no sul do país, controlada pelo Exército libanês do sul do Líbano, seu aliado. A retirada israelense soou como uma vitória do Hezbollah, que nunca havia negociado com Israel. O “exemplo libanês” recrudescer as relações entre Israel e extremistas palestinos do Hamas e do Jihad.

Em 2000, teve início a segunda Intifada. Se a primeira Intifada consistiu na ação popular contra a ocupação militar israelense nos territórios ocupados, a segunda Intifada ampliou seu raio de ação. Agora, todos os judeus, e interesses israelenses, civis e militares tornaram-se potenciais alvos da ação de terroristas.

A segunda Intifada fez explodir um confronto aberto entre o Estado e Israel, a ANP e grupos terroristas. Israel retomou territórios cedidos aos palestinos. A ANP foi acusada de estar impotente diante desses grupos. A oposição a Yasser Arafat dentro da ANP cresceu; Israel, sob o governo de Ariel Sharon, e os Estados Unidos não consideraram o líder palestino uma autoridade à altura dos graves problemas que mergulharam a região na mais intensa onda de violência desde o início da Intifada.

Em 2003, houve várias tentativas de acordos de paz, como o Mapa da Estrada e o Acordo de Genebra. Apesar disso, a construção de um muro isolando o norte da Cisjordânia foi motivo de forte tensão entre Israel e os palestinos.

No decorrer de 2004, fatos importantes ocorreram em relação à questão palestina. Israel, cansado de ser atingido por ataques terroristas suicidas, movidos por grupos palestinos como o Hamas, deu continuidade à construção de um muro de cerca de 8 metros de altura, que se estendeu ao longo da fronteira da Cisjordânia por 635 km. O muro parece ter surtido efeito, pois caiu radicalmente o número de atentados nas cidades israelenses. Por outro lado, sua construção provocou protestos, tanto da comunidade palestina quanto da internacional. Os palestinos contestam o isolamento que lhes foi imposto, pois muitos trabalhadores palestinos labutavam em Israel e ficaram sem acesso ao trabalho. Os palestinos reclamam também que vários mananciais estão do lado israelense do muro. A ONU condenou a construção desse muro.

Outro fato marcante, decorrido em fins de 2004, foi a morte do líder palestino Yasser Arafat. Ele era presidente da autoridade palestina e, nos últimos anos, vivia isolado pelo exército israelense num *bunker* de uma cidade na Cisjordânia.

Em 2005, Ariel Sharon devolveu totalmente a Faixa de Gaza aos palestinos. Em 2006, o governo da Autoridade Palestina passou a ser exercido pelos grupos Hamas e Fatah, que tornaram a se separar no final do ano e, a partir de 2007 o grupo Hamas governou a Faixa de Gaza e o grupo Fatah se estabeleceu em Hamadá, na Cisjordânia. Em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, a Faixa de Gaza viveu forte tensão com a violência entre Israel e o grupo Hamas. Em 2009, Israel continuou a instalar assentamentos na Cisjordânia. Em outubro de 2009, os grupos palestinos Hamas e Fatah deveriam assinar um acordo de reconciliação, culminando com os esforços diplomáticos

de mediadores egípcios. O governo de Israel comprometeu-se, no final de 2009, a congelar os assentamentos na Cisjordânia.

Em 2010, Israel continuou o programa de assentamentos em Jerusalém e houve forte tensão com o Hamas e a ajuda humanitária internacional oferecida a Gaza.

Em 2011, os EUA defenderam um Estado Palestino com base nas fronteiras pré-Guerra dos Seis Dias (1967). Pela proposta, Israel cederia Jerusalém Oriental e sairia de áreas da Cisjordânia.

2. QUESTÃO LIBANESA

O Líbano tornou-se independente da França em 1948 e estabeleceu uma forma de governo dividindo o poder entre os libaneses cristãos (que elegiam o presidente da República) e os muçulmanos (que elegiam o primeiro-ministro). A partir de 1967, esse jogo de forças se desequilibra em favor dos muçulmanos, com a chegada de palestinos fugidos dos territórios invadidos por Israel. Mais numerosos, os muçulmanos atacam os cristãos, que pedem ajuda israelense. Tem início a Guerra Civil do Líbano, que se estende de 1975 a 1991. A guerra termina com a intervenção da Síria, que invade o Líbano e expulsa os grupos radicais, forçando a assinatura de um acordo de paz. Tropas sírias retiraram-se do território libanês em 2005, a exemplo dos israelenses que iniciaram sua retirada em 2000.

Em julho de 2006, Israel iniciou uma ofensiva militar contra o Hezbollah, no sul do Líbano. O Hezbollah – o “Partido de Deus” – surgiu durante a invasão do Líbano por Israel, em 1982. Na época, o Líbano arrastava-se numa guerra civil entre as comunidades cristãs e muçulmanas.

A retirada israelense não foi completa. As tropas israelenses permaneceram na porção sul do Líbano, a denominada Zona de Segurança, que só em 2000, durante o breve governo de Ehud Barak, foi liberada definitivamente.

Desde essa época, o Hezbollah vem intensificando ações contra o norte de Israel. O governo libanês, incapaz de controlar a situação, pois seu exército é mais frágil que os milicianos do Hezbollah, pouco ou nada pode fazer para pôr fim a essa situação.

Em razão da incapacidade do governo libanês de coibir o Hezbollah e a escalada de atentados, Israel invadiu o Líbano em 2006, impôs-lhe um bloqueio aeronaval e bombardeou, durante semanas, sobretudo o sul do país, onde se concentram as forças do Hezbollah.

Em outubro de 2009, Israel acusa o Hezbollah, que tem apoio de Irã, de violar o embargo de armas da Organização das Nações Unidas (ONU) no sul do Líbano e de minar os esforços da missão de paz da entidade naquela região.

(Funil – Força Interina das Nações Unidas do Líbano)

3. A GUERRA IRÃ X IRAQUE (1980-1988)

Em 1979, a Revolução Islâmica no Irã depôs o governo despótico do xá Mohamed Reza Pahlevi, colocando no poder um grupo de extremistas religiosos dispostos a administrar o país segundo os preceitos do Corão, liderados pelo aiatolá Ruholá Khomeini. Líder carismático, Khomeini fez uma série de reformas econômicas e sociais no Irã.

No ano seguinte, respondendo à agressão do exército iraquiano e sob a bandeira da guerra santa, muçulmanos fundamentalistas do Irã (xiitas) iniciaram um confronto com os muçulmanos sunitas do Iraque.

Acreditava-se, no início, que a guerra duraria apenas alguns meses, mas se estendeu por mais de oito anos, destruindo, nesse período, grande parte das áreas produtoras de petróleo de ambos os países e ceifando a vida de mais de 1 milhão de pessoas, tanto militares como civis – inclusive crianças, em razão do fanatismo religioso do aiatolá.

Em setembro de 1988, Iraque e Irã assinaram um cessar-fogo e deram início a conversações de paz, resolvendo temporariamente a disputa pelo estuário situado na foz dos Rios Tigre e Eufrates, o Chatt el Arab. Mas as ambições imperialistas do Iraque pela região, particularmente de Saddam Hussein, não deixavam de existir.

❑ A Primeira Guerra do Golfo (1990-91)

Em agosto de 1990, tropas iraquianas invadiram o Kuwait sob o pretexto de que seu pequeno e frágil vizinho explorava petróleo de campos situados numa zona neutra estabelecida em suas fronteiras.

Seguiram-se à invasão o bloqueio naval e o embargo econômico imposto pelos EUA, com o aval da ONU ao Iraque.

A intransigência do dirigente iraquiano, somada à postura hostil dos americanos, transformou um aparente conflito local em questão de relevância mundial, pois, entre outras coisas, o preço do barril de petróleo aumentou assustadoramente.

Em novembro, após três meses de atrocidades iraquianas no Kuwait, a ONU aprovou o uso de força, dando um prazo até 15 de janeiro de 1991 para que Hussein libertasse os reféns estrangeiros e desocupasse o Kuwait.

A Primeira **Guerra do Golfo** durou de 16/1/1991 a 27/2/1991 e trouxe muitas consequências, principalmente danos ecológicos.

A derrota da guerra estimulou no Iraque a rebelião dos dois principais grupos de oposição ao regime de Saddam Hussein: os xiitas (sul) e os curdos (norte), que

lutam pela independência de seu território.

Em agosto de 1992, o Iraque ficou dividido da seguinte forma:

– acima do paralelo 36°, é proibida a ação do governo de Bagdá, pois a área dos curdos é mantida pelos EUA e aliados;

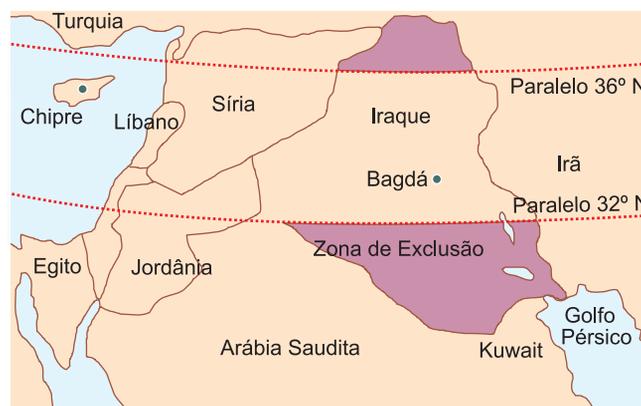
– abaixo do paralelo 32°, encontra-se uma zona de exclusão aérea controlada pelos EUA, Reino Unido e França, para impedir a ofensiva militar do Iraque contra a população xiita do sul.

Em janeiro de 1993, o Iraque provocou violações nessa zona de exclusão, gerando novos conflitos.

Em 1996, o Iraque tornou a invadir o norte, violando a zona de exclusão e ocupando a capital do Curdistão iraquiano, Arbil, o que provocou rápida reação dos EUA.

Em 2002, o presidente Bush, sob a alegação de que o Iraque desenvolvia armas de destruição maciça, mobilizou forças a fim de legitimar uma ação contra o governo de Saddam Hussein, o que ocorreu em março de 2003.

ZONAS DE EXCLUSÃO AÉREA



❑ A Guerra do Iraque (Segunda Guerra do Golfo, 2003 a 2010)

No primeiro semestre de 2003, a coalizão anglo-americana invadiu o Iraque, depois de meses de preparação e ameaças. A ONU bem que tentou evitar tal fato. O Conselho de Segurança alertou os norte-americanos para os desdobramentos de um conflito na região. Alemanha, França, China e Rússia posicionaram-se contra a ação anglo-americana no Iraque. Mas, sob a alegação de que Bagdá, comandada por Saddam Hussein, desenvolvia armas de destruição maciça, o ataque foi ordenado e a guerra de palavras transformou-se numa ação militar.

A superioridade da coalizão anglo-americana era visível desde o início do confronto. O frágil e despreparado exército iraquiano sucumbiu às forças estran-

geiras logo na primeira semana. Saddam Hussein foi deposto e desapareceu, sendo dois de seus filhos mortos. Estátuas suas foram destruídas; seus palácios, tomados. Armas de destruição maciça não foram encontradas.

Foi estabelecido um governo provisório, um exército novo. Mas a resistência, comandada por Saddam Hussein, continuou fazendo vítimas.

O Alto-Comissário das Nações Unidas para o Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, e mais dezenas de funcionários da ONU foram mortos num atentado em agosto de 2003.

Até agora nada de armas de destruição maciça, nada de paz.

No decorrer de 2004, os EUA empossaram um governo provisório iraquiano, passando parte de sua autoridade policial-militar para ele. Isso, entretanto, não parece ter sensibilizado os diversos grupos radicais iraquianos – de inspiração religiosa (xiitas ou sunitas) ou nacionalistas – que promoveram inúmeros atentados, invadindo cidades e forçando a atuação do exército norte-americano. Multiplicaram-se também os sequestros de soldados, médicos, voluntários, alguns deles terminando com a morte dos sequestrados. Dessa maneira, aumentou o grau de violência no país.

Os norte-americanos, que lideram a força internacional que invadiu o Iraque em 2003, anunciaram um plano de retirada do país, condicionado a um controle efetivo do território iraquiano por suas forças de segurança.

Se essa é a condição, a retirada da força internacional deverá ser demorada, pois os atentados contra alvos estrangeiros e, principalmente, contra os elementos das forças de segurança do país estão em escala crescente.

Após a invasão anglo-americana do Iraque e o sucesso na derrubada do ditador Saddam Hussein, seguida do desmantelamento de suas forças e dos organismos de repressão, o país mergulhou numa guerra civil, entre sunitas e xiitas.

Para os ocidentais, os conflitos internos no Iraque são apenas um resquício das divergências que já existiam no país, mas eram sufocadas por Saddam Hussein. Na verdade, a presença estrangeira no Iraque acirrou ainda mais os ânimos. Ainda em 2006, o novo governo e as instituições, ditas democráticas no país, são frágeis.

A presença de forças internacionais, paradoxalmente, assegura um mínimo de segurança, mas, ao mesmo tempo, é o principal fator de oposição e de conflitos no país.

Em 2009, o presidente dos EUA, Barack Obama,

disse que deseja realizar a retirada do Iraque de todas as brigadas de combate norte-americanas. E, que poderá ser necessário manter uma força residual para treinar as forças de segurança iraquianas e, proteger o povo iraquiano.

Em agosto de 2010, teve início a retirada das tropas norte-americanas do Iraque.

4. A GUERRA DO AFGANISTÃO (2001 a ...)

No final de 2001, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, visando tirar do poder uma milícia fundamentalista sunita – o Taleban –, sob a liderança do *mulah* Omar, simpatizante de Osama Bin Laden, a quem se suspeita ter dado cobertura após os atentados de 11 de setembro de 2001, que destruíram as torres do World Trade Center, em Nova Iorque, e parcialmente o edifício do Pentágono, em Washington.

O *mulah* Omar e Bin Laden jamais foram encontrados, apesar da promessa do presidente George W. Bush de capturá-los a todo custo. Suspeita-se que vivam na fronteira afegano-paquistanesa, numa região de difícil acesso, de onde ainda comandam atentados antinorte-americanos em território afegão e lançam ameaças contra o Ocidente, especialmente contra os Estados Unidos.

A invasão norte-americana do Afeganistão, após os atentados em 11 de setembro de 2001, foi decisiva para a derrubada do Taleban e do regime autoritário liderado pelo *mulah* Omar, aliado de Osama Bin Laden. No entanto, a despeito de o país ter passado por um processo de democratização formal, com um novo governo e a restauração das liberdades individuais, o Afeganistão está longe da estabilidade política.

Diversos grupos ainda lutam pelo poder. Atentados são frequentes, assim como as arbitrariedades da força internacional que ocupa o país.

A partir de 2006, o grupo Talebã reaparece, se instala no Paquistão, de onde passa a organizar a retornado gradual do sul do Afeganistão. Os combates entre os soldados da OTAN e o Talebã aumentam a violência no sul do Afeganistão.

Os EUA tentam ajudar o exército do Afeganistão a assumir a tarefa de dar segurança à população e recebe treinamento dos militares norte-americanos.

Em 2009, os EUA tentam apoiar a formação de um governo forte, mas a eleição do presidente Karzai é marcada pela corrupção.

Em 2010, aumentam os conflitos entre o Taleban e a OTAN. Os EUA enviam um reforço de 30 mil homens com o objetivo de estabilizar o conflito, derrotar a Al-Qaeda, enfraquecer o Taleban e começar a retirada das tropas em julho de 2011.



1. INTRODUÇÃO

A Ásia de Monções compreende os países que se estendem pelo Sul e Sudeste Asiático, englobando desde o Paquistão, a oeste, até a Indonésia, a leste. São 16 países que incluem penínsulas famosas, como o Decã, Indochina e Málaca, e um vasto arquipélago: a Insulíndia.

2. QUADRO FÍSICO

□ Relevo

- **Ao norte:** montanhas e planaltos de origem recente, incluindo o Himalaia, a maior cadeia montanhosa da Terra, com o Monte Everest (8.848 m), além dos 60 picos mais altos do mundo.

- **Ao centro:** planícies aluviais com depósitos recentes e rios importantes, como o Indo (Paquistão), o Ganges (Índia) e o Mekong (Indochina); grandes concentrações populacionais.

- **Ao sul:** planaltos antigos, arqueozoicos, como o Planalto de Decã, no sul da Índia, com baixas altitudes, mas ricos em matérias-primas minerais (Fe, Mn, carvão e Al).

□ Clima

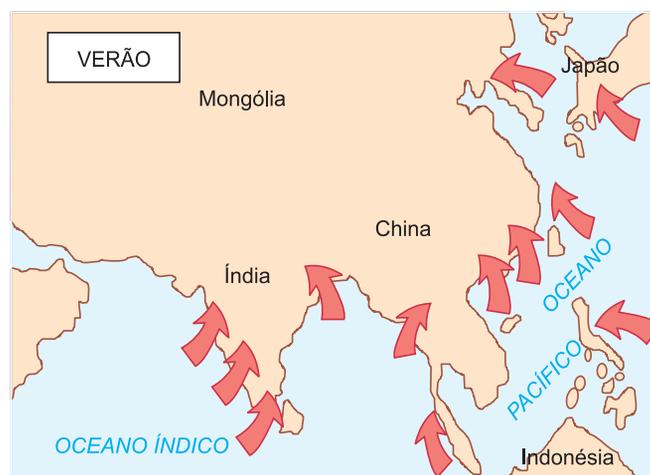
É um dos mais marcantes elementos do quadro natural da Ásia do Sul. O clima de monções é constituído por um sistema de ventos que, no **inverno**, sopram do continente (área de alta pressão) para o litoral, trazendo frio e seca, e, no **verão**, do litoral (Oceano Índico) para

o continente, trazendo calor e umidade. Os níveis pluviométricos da Ásia de Monções estão entre os maiores do mundo.

□ Vegetação

Acompanhando o clima, a vegetação é composta de densas florestas tropicais (jângal) e equatoriais, que vão se tornando mais escassas à medida que aumenta a latitude (as montanhas) a oeste, onde se encontra o deserto indiano de Rajastão (Deserto de Thar).

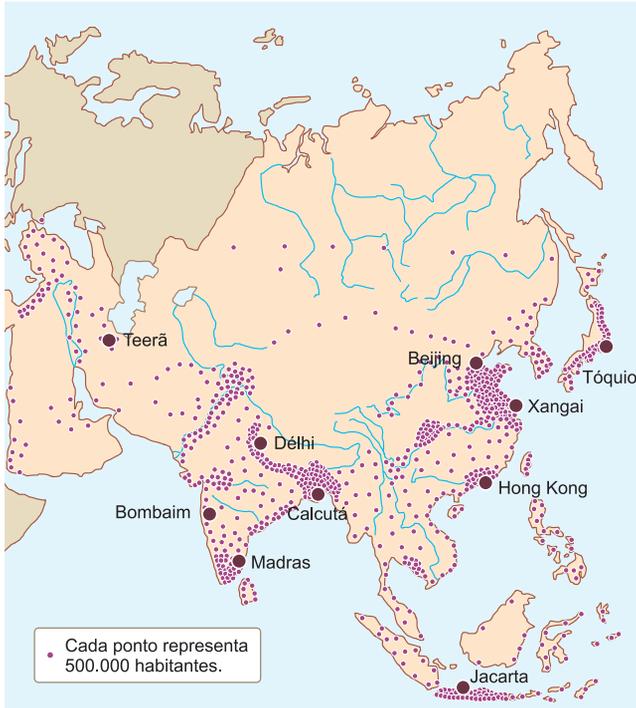
VENTO DE MONÇÕES





Com uma população de aproximadamente 1,8 bilhão de habitantes, a Ásia de Monções possui uma das maiores concentrações demográficas do mundo.

Tal situação deve-se à influência de religiões, das quais podemos destacar três principais:



Hinduísmo

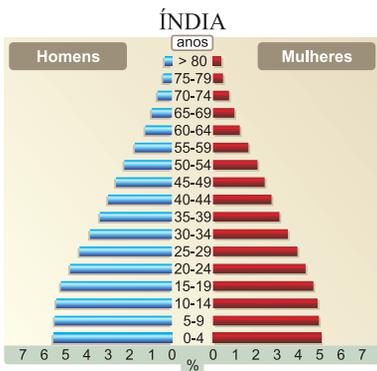
Religião professada na Índia, consiste em uma complexa junção de antigas religiões dos povos que deram origem aos atuais indianos. Sua crença na reencarnação é responsável pela formação de castas com diferentes situações sociais, pelo incentivo a famílias numerosas e pelo condicionamento a certos hábitos alimentares.

Islamismo

Trazida do Oriente Médio, propagou-se rapidamente entre os povos dos atuais Bangladesh e Paquistão. A Indonésia igualmente é contra o controle da natalidade, incentivando a formação de famílias numerosas.

Budismo

Criada por Sidarta Gautama, no século VI antes de Cristo, espalhou-se pela Península da Indochina. Acredita que o preparo espiritual pode levar o seguidor a romper com o processo de reencarnação.



As maiores concentrações aparecem junto a vales de rios, como o Ganges (na Índia e em Bangladesh), na Ilha de Java (Indonésia) e próximas aos Rios Mekong e Indo.

As taxas de natalidade são elevadas e as tentativas de controle não surtem o efeito esperado.

Índia: Babel na maior democracia do planeta

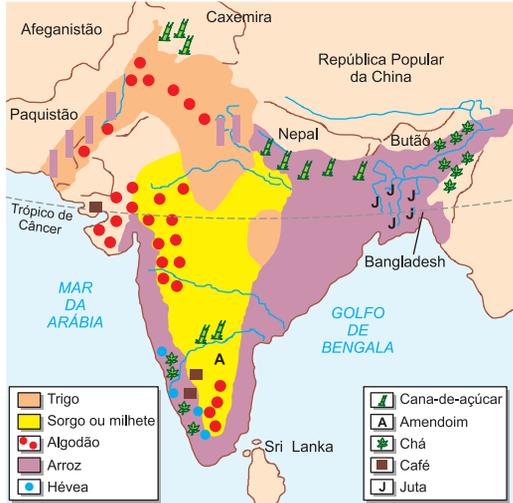
Línguas Oficiais	15
Dialetos	700
Castas	3.000
Subcastas	25.000
Analfabetismo	34%
Miseráveis (renda inferior a 1 dólar por dia)	29%
IDH – 2009	0,612 (134º)



A economia da região pode ser definida como subdesenvolvida ou periférica do complexo capitalista, dada a dependência de investimentos externos e os desníveis sociais. Predominam atividades primárias, embora possam ser encontradas também atividades industriais.

1. AGRICULTURA

AGRICULTURA DA ÍNDIA, BANGLADESH E PAQUISTÃO



Há, na região, dois tipos de agricultura:

❑ Subsistência

Voltada para a alimentação da população, apresenta resultados irregulares e precários. Baseia-se na **técnica da jardinagem**, que consiste na utilização de pequenos espaços – pequenas propriedades – de forma intensiva, onde famílias plantam, com o máximo de cuidado, para a própria alimentação.

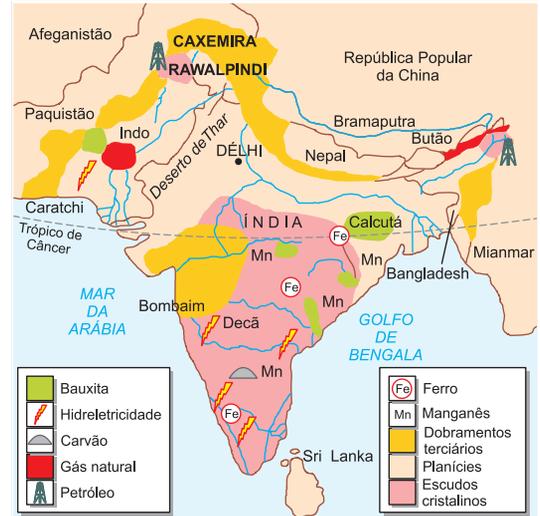
❑ Exportação

Utilizando as melhores terras dos países e numerosa mão de obra, produz cultivos tropicais de exportação – *plantation*. Exemplos: café, cana e algodão na Índia; seringueira (látex) na Malásia e Indonésia; chá no Sri Lanka; juta em Bangladesh.

2. MINERAÇÃO

A extração mineral ocorre na Malásia e na Indonésia, com a produção de **estanho** e **petróleo** na Indonésia, que é membro da Opep, e em Brunei. Grandes riquezas minerais estão no subsolo da Índia, com reservas de ferro, manganês, alumínio, carvão e tório no Planalto de Decã.

RECURSOS NATURAIS DA ÍNDIA



3. INDÚSTRIA

O desenvolvimento industrial da região iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando os países começaram a obter suas independências. Há dois tipos de processos industriais:

❑ Industrialização tradicional

É o tipo de industrialização baseado no modelo europeu, que prefere desenvolver primeiramente a indústria de base. É o modelo adotado pela Índia, que implementou a indústria siderúrgica no Vale do Rio Damodar, a indústria química em Madras (no Sul) e a têxtil em Calcutá e Bombaim.

❑ Industrialização moderna

É a industrialização baseada nos modelos norte-americano e japonês, que preferem o desenvolvimento da indústria de bens de consumo. Esse foi o modelo adotado pelos "Tigres Asiáticos", que criaram as indústrias eletroeletrônica e automobilística, utilizando sua mão de obra barata e disciplinada, com produção voltada para o mercado externo. Os quatro Tigres iniciais – Cingapura, Hong Kong, Formosa ou Taiwan e Coreia do Sul – tiveram muito sucesso na década de 1980, o que incentivou outros países locais a copiar seu modelo, tornando-se os "Novos Tigres": Tailândia, Filipinas, Malásia e Indonésia. Entretanto, no final da década de 1990, esses países enfrentaram crises financeiras. O início do século XXI mostra uma firme recuperação em curso.

Destaque para as indústrias de ponta de Bangalore, na Índia.



A China é o país mais populoso com 1.350.000.000 de habitantes e o 3º mais extenso, com 9.551.300 km², sendo dividida em China Oriental e China Ocidental.

1. A CHINA ATUAL

Em 2008 o Congresso Nacional do Povo aprova lei que garante à propriedade privada os mesmos direitos da propriedade estatal. Em junho, o Parlamento aceita mudanças na legislação trabalhista que aumentam a proteção aos trabalhadores. Em agosto, é aprovada legislação antimonopólio, que submete as empresas estrangeiras a um controle do governo chinês antes de efetuar fusões e aquisições no país. Em outubro de 2008, são anunciadas outras grandes mudanças: uma ampla de 30 para 70 anos a vigência da concessão de terras; outra autoriza à comercialização do direito de uso da terra. Na prática, elas favorecem a formação de propriedade maiores e mais produtivas, assim como aceleram a urbanização do país.

Desequilíbrio comercial: o elevado superávit comercial permite à China acumular reservas em moeda estrangeira.

Crise internacional: O crescimento acelerado e contínuo da economia chinesa levou o governo, em 2007, a adotar medidas para reduzir o ritmo de expansão da economia, visando a evitar prováveis gargalos nos setores de energia e transportes. Em 2008, no entanto, com a crise econômica e a possibilidade de uma recessão global, essa estratégia é substituída por medidas para dinamizar o mercado interno e aumentar os investimentos em infraestrutura, como forma de frear a desaceleração da economia.

Em janeiro de 2009, o governo chinês anuncia uma revisão no Produto Interno Bruto (PIB) de 2007. Pelos novos cálculos, a economia do país cresceu 13% em vez dos 11,9% divulgados na época. Com esse resultado, a China com um PIB de 4,3 trilhões de dólares desbancou a Alemanha e assume o posto de a terceira maior economia do planeta, atrás apenas da dos Estados Unidos (EUA) e da do Japão.

(Almanaque Abril 2010)

No início de 2010, é divulgado o PIB da China de 2009, alcançando US\$ 4,91 trilhões, ficando muito perto do Japão e podendo se transformar na segunda economia mundial.

Dentro da **China Centro-Ocidental**, encontramos três regiões:

A CHINA ABRE SUAS ÁREAS LITORÂNEAS AO CAPITALISMO



❑ Sinkiang ou Xinjiang

É a área do extremo oeste chinês, planáltica, desértica, com vegetação de estepe e xerófitas, habitada por povos nômades não chineses, de origem turca, os uigures separatistas, criadores de camelos, cavalos e cabras. É uma região que produz petróleo e concentra a indústria estratégica do país (armas, munições, aeronáutica, atômica).

❑ Mongólia Interior

Próxima da fronteira com a Mongólia, é uma região dominada pelo Deserto de Gobi, com imensas áreas de dunas. Sua população, mongólica, cria búfalos e cavalos nas estepes do deserto. Há ainda o cultivo irrigado de trigo.

❑ Tibete

É uma região autônoma do sudoeste da China, constituída pela cadeia do Himalaia, na fronteira com o Nepal e Índia e um planalto de 4.500 m de altitude no interior. De climas frios e secos, é uma região de difícil acesso, habitada por povos não chineses, os tibetanos, que se dedicam ao pastoreio. O Tibete foi anexado em 1950 e muitos tibetanos não aceitam essa situação e reivindicam a independência do território.

A **China Oriental**, a verdadeira China, é composta de duas grandes regiões:

❑ Manchúria

É a área nordeste do território chinês, formada por planícies temperadas onde se plantam cereais e soja; consiste em uma área rica em minerais como o ferro, o manganês e o carvão. Foi instalada, pelos japoneses, uma indústria siderúrgica na década de 1930. O governo socialista da China, a partir de 1949, aí concentrou também a indústria mecânica. Hoje em dia, essa indústria está obsoleta e necessita de reformulações.

❑ China do Leste

É a área de maior concentração populacional do país (90%), formada por planícies e rica rede hidrográfica, em

que se destacam: ao norte, o Rio **Hoang-Ho** ou Rio Amarelo, onde se cultiva o trigo; ao centro, o Rio **Yang-Tsé-Kiang** ou Rio Azul, onde milhões de trabalhadores plantam o arroz, do qual a China é o maior produtor mundial; ao sul, o Rio **Sinkiang**, numa área mais quente e onde se cultivam a cana-de-açúcar e o chá (para exportação). Nessa região, observa-se ainda a presença de áreas industriais, as **ZPEs** ou **ZEEs**, para onde o governo da China atrai investimentos internacionais, depois que deu início ao processo de volta ao capitalismo a partir da década de 1980. Aí se encontram também Hong Kong, devolvida pelo Reino Unido à China em 1997, e Macau, possessão portuguesa desde o século XVI, devolvida à China em dezembro de 1999.

A China estabeleceu, em 1976, rigoroso programa de controle de natalidade, limitando o número de filhos a apenas um por casal e punindo com severas penas os infratores. Tenta, assim, o governo chinês controlar a todo custo o crescimento explosivo da maior população da Terra.

MÓDULO 10

Japão: Aspectos Naturais e Humanos

1. ASPECTOS NATURAIS

Arquipélago de mais de 3 mil ilhas. Área de 377.835 km², localizado no Círculo do Fogo do Pacífico.

Principais ilhas:

• Hokaido	83.514 km ²
• Honshu	230.948 km ²
• Shikoku	18.798 km ²
• Kiushu	44.358 km ²

❑ Relevo

80% de montanhas jovens.
15% de planícies litorâneas.

❑ Hidrografia

Rios de pequena extensão e de curso acidentado.
Destques: Rios Ishikari, Tone e Shinano.



☐ **Clima**

Temperado Oceânico predominante.
Ao norte, temperado frio; ao sul, subtropical.

☐ **Vegetação**

Floresta de Coníferas cobrindo 50% a 72% do território.

2. ASPECTOS HUMANOS

☐ **A nova política de natalidade**

Ante o acelerado processo de envelhecimento de sua população e a ameaça à manutenção de seu contingente de ativos, o planejamento familiar japonês – *planning familiar* –, introduzido no país no fim da década de 1940, para conter o potencial perigo do *baby boom*, explosão demográfica que se esboçava após a Segunda Guerra Mundial, passa por uma remodelação.

Se na década de 1980 o governo japonês foi um estimulador da importação de mão de obra qualificada e temporária de nipodescendentes – do Brasil e do Peru, principalmente –, na década de 1990 se deu conta de que essa importação não atenderia às necessidades de sua economia a médio prazo.

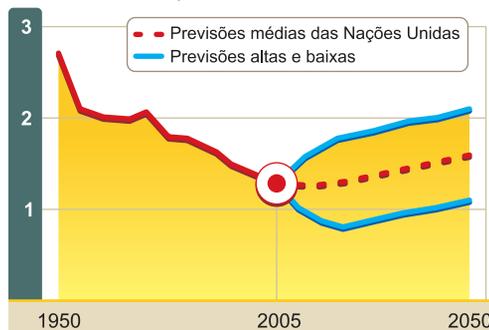
Na década de 1990, a economia esteve mergulhada numa crise, empregos foram reduzidos e plantas industriais saíram do país, sobretudo as de produção de gêneros de

menor valor agregado. Mas agora a realidade é outra. O país recupera-se. Em 2002, algumas empresas começaram a bonificar famílias que optavam por ter o terceiro filho. Hoje, a prática é ainda mais comum.

Apesar dos estímulos financeiros e das pequenas facilidades criadas para as futuras famílias numerosas, a taxa de natalidade não avança.

As mulheres estão plenamente inseridas no mercado de trabalho, e sabe-se que é sobre elas que o ônus da maternidade recai – daí a recusa de se ter muitos filhos.

JAPÃO – NÚMERO DE CRIANÇAS POR MULHER
Curvas ordenadas por ordem crescente de valor, em 2005



O Japão precisa adequar-se aos novos tempos quanto à política de natalidade. Se permitir a imigração desordenada, perderá sua homogeneidade étnica. Se a população não crescer, mesmo com a robotização, a terceirização e a exportação de setores inteiros de baixo valor agregado, faltarão braços para trabalhar.

JAPÃO: MUDANÇAS NA ESTRUTURA POPULACIONAL (1950–2025)

